



ALMANAQUE DA
RESERVA EXTRATIVISTA
TAPAJÓS-ARAPIUNS

Realização:



Parceria:



Apoio:

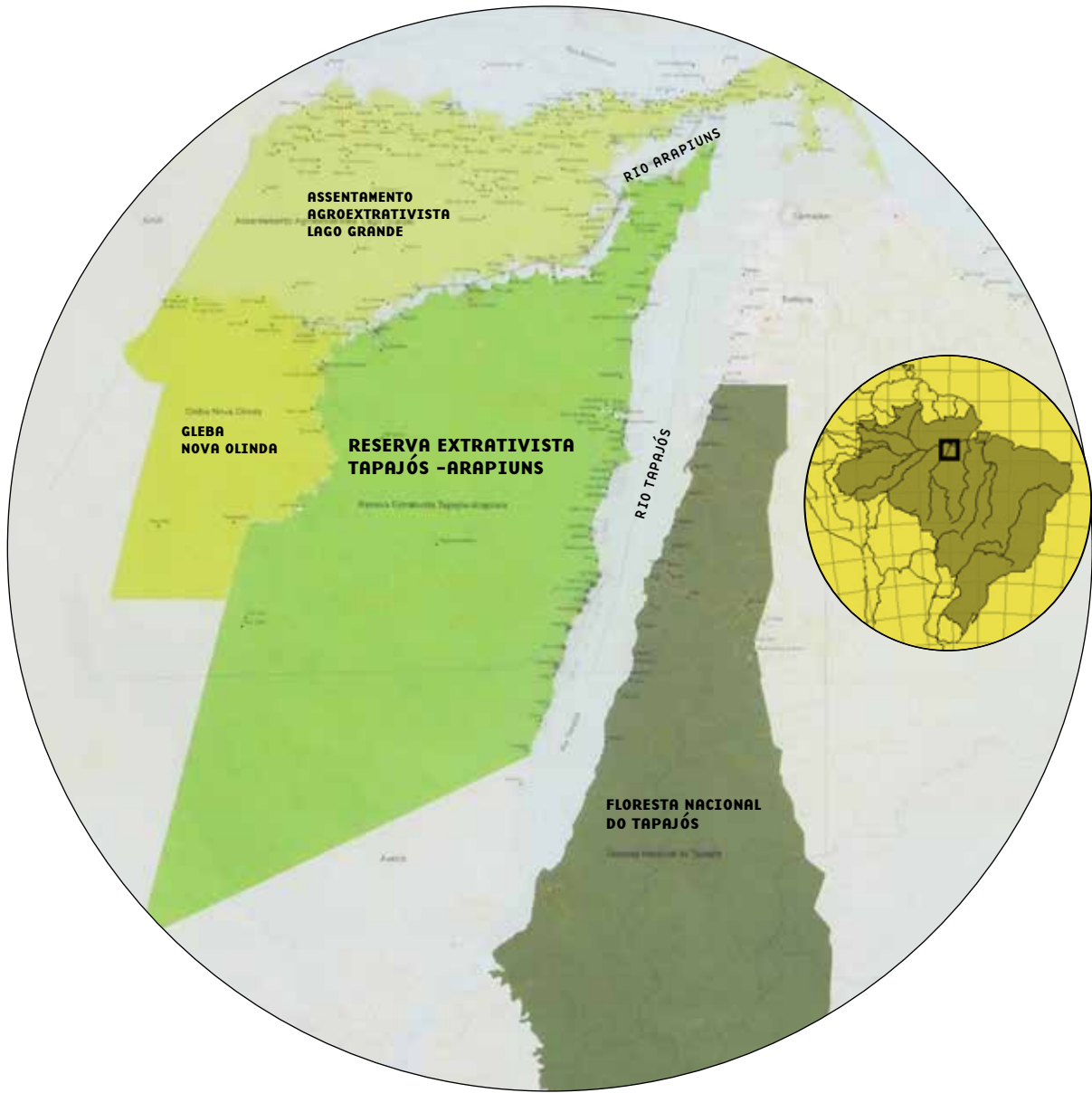


Konrad
Adenauer
Stiftung





ALMANAQUE DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS



APRESENTAÇÃO.....	05
1 - CONHECENDO A RESEX TAPAJÓS - ARAPIUNS	9
1.1 - Localização	11
1.2 - O Meio ambiente da Reserva Extrativista.....	13
1.2.1 - Hidrografia, nossos rios	13
1.2.2 - Clima	15
1.2.3 - Vegetação e uso do solo	17
1.2.4 - Biodiversidade animal	23
2 - HISTÓRIA DA RESEX	24
2.1 - Ocupação da região	27
2.2 - Uma história de luta popular	30
2.3 - Principais marcos históricos da criação da Resex	41
2.4 - Políticas ambientais e o papel das populações tradicionais	43
2.5 - O movimento indígena e a Resex.....	50
3 - VIVENDO NA RESEX	58
3.1 - População e manejo do território	60
3.2 - Caracterização econômica	63
3.3 - Serviços públicos.....	73
3.4- A Resex e sua gestão	81
4 - CULTURA NA RESEX.....	88
5 - INICIATIVAS PROMISSORAS E NOVOS DESAFIOS.....	110

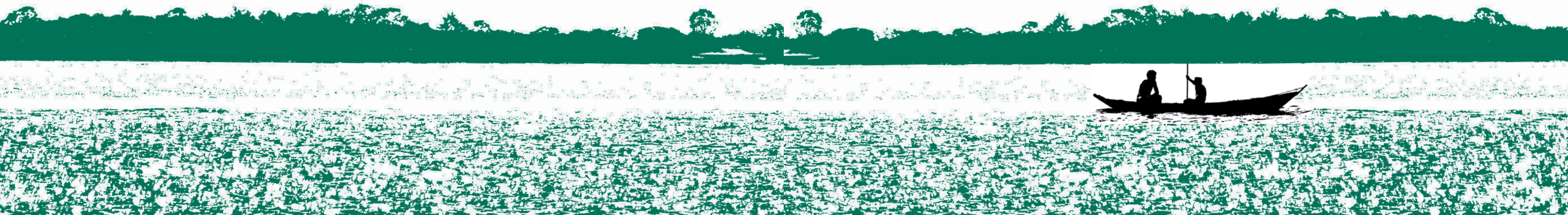




FOTO: TANGO BILLICA

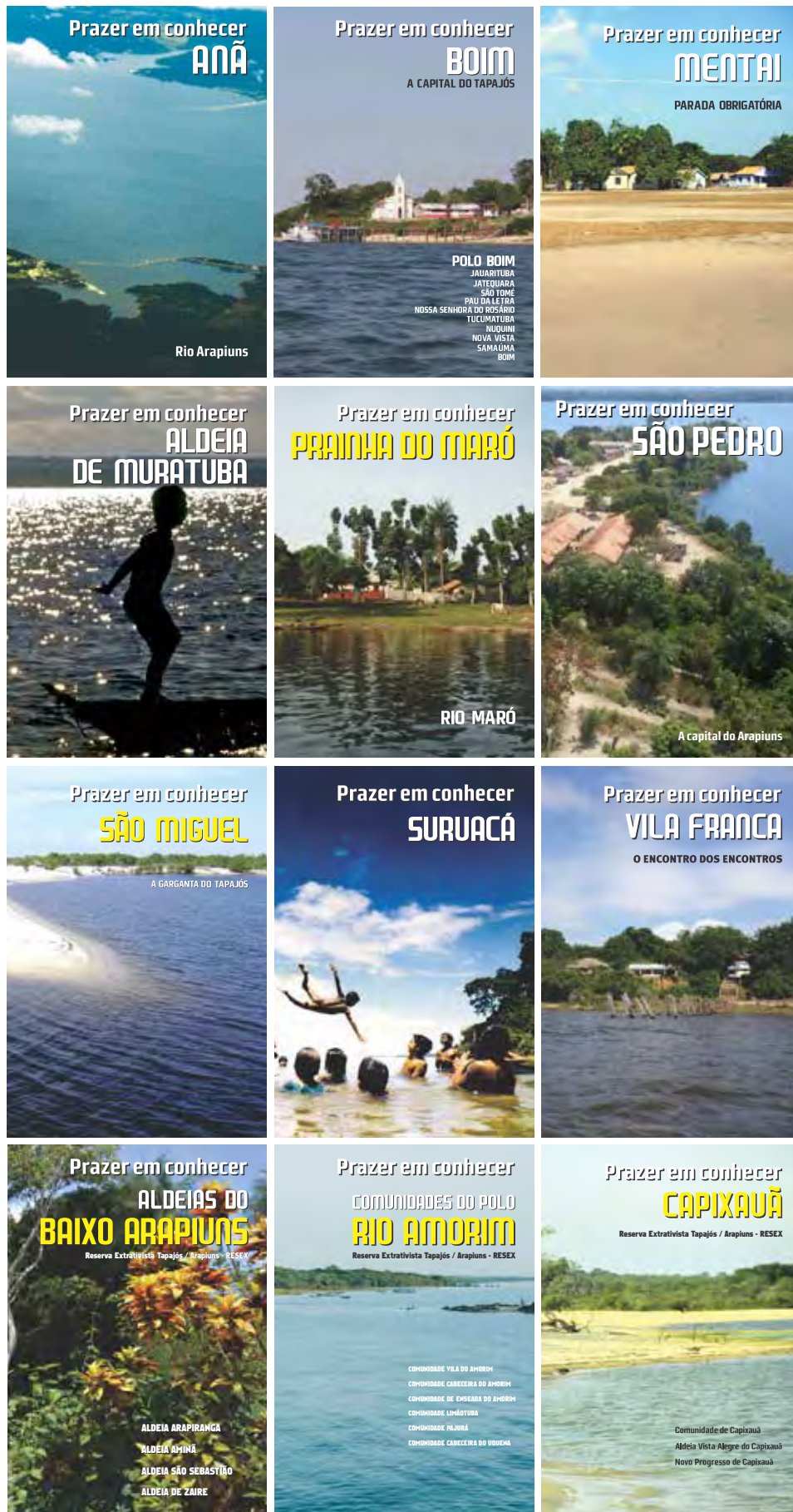
APRESENTAÇÃO

Este almanaque é uma contribuição do Projeto Saúde e Alegria - PSA e seus diversos parceiros para ampliar o conhecimento do público em geral sobre uma das maiores unidades de conservação da natureza do Brasil, que mantém uma grande diversidade socioambiental, de populações, de culturas, de fauna e flora: a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RESEX Tapajós-Arapiuns), localizada nos Municípios de Santarém e Aveiro, no Estado do Pará.

Respalda as unidades territoriais ocupadas por comunidades tradicionais é um dos principais objetivos das atividades do Projeto Saúde e Alegria na região amazônica, entendendo o território como espaço marcado não apenas pelas dimensões geográficas, mas também pelas relações humanas, econômicas e culturais. O reconhecimento e a apropriação popular dos territórios em que se vive é um dos passos fundamentais para o exercício da cidadania.

Geralmente, há pouca informação em linguagem simples disponível para uso público, sobre a realidade das comunidades que vivem em Unidades de Conservação, assentamentos, florestas. O conhecimento que está na “memória popular” das comunidades que habitam esses territórios e em documentos técnicos de pesquisas ou de caráter administrativo, precisa ser valorizado, sistematizado e traduzido para ajudar na compreensão das formas de viver a vida na floresta, com seus atrativos, potenciais e desafios.

Por isso, no intuito de obter uma visão do conjunto da realidade territorial local, o Projeto Saúde e Alegria, desenvolveu desde 2012, uma série de publicações denominada “PRAZER EM CONHECER”, com relatos, mapas e informações dos principais pólos da Resex. As publicações foram distribuídas nas comunidades, nas escolas e para o público em geral, sendo uma contribuição para o exercício da cidadania e o aprimoramento da capacidade de gestão das populações tradicionais sobre seus recursos, estimulando o seu desenvolvimento de forma sustentável.



Para coroar esse processo, estamos agora publicando o ALMANAQUE DA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS, uma compilação das principais informações da série Prazer em Conhecer, acrescentadas de um trabalho de pesquisa e sistematização de diversas outras publicações sobre a Resex, até então dispersas, que agora se somam neste almanaque.

Assim, além das Cartilhas da Série Prazer em Conhecer, utilizamos informações do Diagnóstico Rápido Participativo da RESEX Tapajós- Arapiuns, resultado de oficinas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER desenvolvidas em 2014 por entidades contratadas pelo INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário: Projeto Saúde e Alegria (PSA), Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC), Cooperativa Ideias ambientais e tecnologias sociais (Ecoideia) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Outra base importante de informações foi o Plano de Manejo da RESEX, executado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, órgão gestor da RESEX, publicado em 2014. Vários outros artigos, dissertações e notícias sobre a região deram base para elaboração do almanaque.

Complementando o trabalho de pesquisa, foram realizadas entrevistas com lideranças comunitárias da Resex e resgatadas narrativas em materiais audiovisuais históricos do processo de criação da RESEX.

A publicação contempla uma apresentação geral da RESEX e suas características ambientais, um histórico da luta das comunidades para a criação da Reserva, dados atuais da população e como ela maneja seu território, incluindo suas características socioeconômicas, seu acesso à políticas públicas e como é feita a gestão da área. Apresenta ainda a diversidade cultural da sua gente, os projetos e iniciativas promissoras atualmente desenvolvidos na RESEX e seus principais desafios.

Esperamos que esta publicação sirva para os próprios comunitários da RESEX, especialmente os mais jovens, para que mantenham viva na memória a história de luta de seu povo, e tomem conhecimento sobre sua realidade para além de sua localidade, e sim como um território maior cujo futuro está em suas mãos. E além disso, para que o público em geral, parceiros, instituições e órgãos públicos, possam compreender melhor a realidade da população que vivem em uma das maiores unidades de conservação no Brasil.

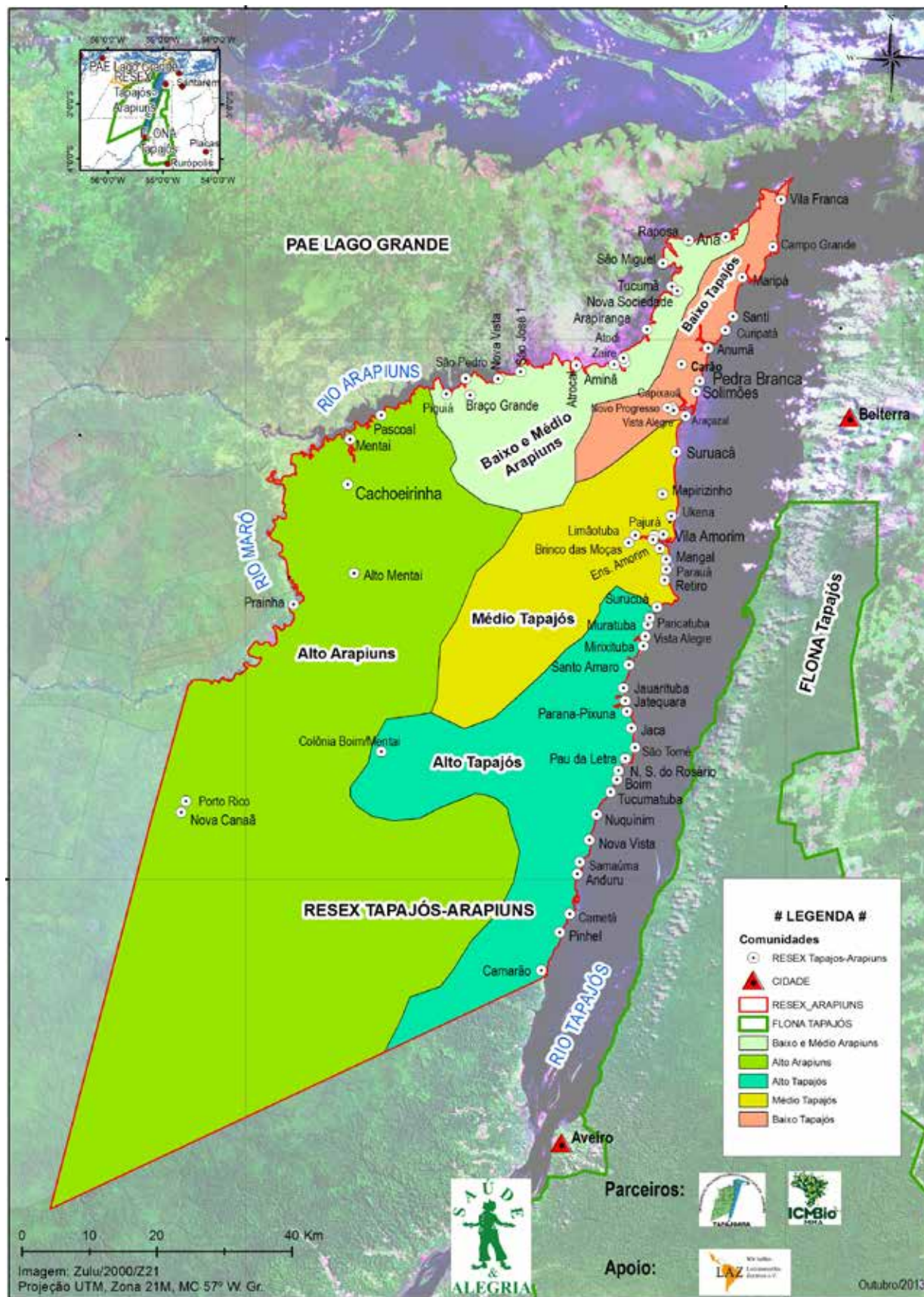


CAPÍTULO 1

CONHECENDO A RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

- Localização
- O meio ambiente na Reserva Extrativista
- Hidrografia, nossos rios
- Clima
- Vegetação e uso do solo
- Biodiversidade animal

RESEX TAPAJÓS/ ARAPIUNS
REGIÕES (Alto, Médio e Baixo Tapajós) e (Alto, Médio e Baixo Arapiuns)



A Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns é uma das maiores Unidades de Conservação no Brasil, com uma área total de 647.610 hectares (Decreto s/nº de 06/11/1998). Também é a mais populosa do país, com cerca de 4.853 famílias e 23 mil habitantes, em 72 comunidades.

Essas comunidades e aldeias nasceram de antigas vilas de missões religiosas e aldeias indígenas, que ao longo do tempo se misturaram com migrantes e colonos de diferentes origens. Seu modo de vida tradicional está baseado na prática do extrativismo, na agricultura familiar, na transmissão oral de saberes que explicam seus cuidados com a natureza e sua luta pelo território. Em 1998, após sérios embates com empresas madeireiras, que pretendiam explorar a área, os moradores conquistaram a criação da RESEX. A luta pela proteção do território, que ocupavam tradicionalmente, durou mais de uma década. Hoje, possuem amparo legal para viver e produzir na reserva, porém, enfrentam novos desafios. São muitos os recursos naturais disponíveis, mas ainda são poucas as alternativas de geração de renda, por isso a população necessita de muitas melhorias para continuar a reprodução de sua cultura com melhor qualidade de vida.

1.1 - LOCALIZAÇÃO

A Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns localiza-se nos Municípios de Santarém e Aveiro, ao oeste do Estado do Pará. Dos 647.610 hectares de sua área, cerca de 34% (194.283 ha) estão localizados no município de Aveiro/PA. E 66% (453.327 ha), no município de Santarém/PA. A oeste, a RESEX tem seus limites marcados pelos rios Arapiuns, Maró e Mentai; pelas glebas Mamuru e Nova Olinda e pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande. Já o limite Leste é dado pelo rio Tapajós. O nome da Unidade de Conservação se deve a sua localização entre os rios Tapajós e Arapiuns. Na parte Norte da RESEX, esses dois rios se encontram na frente da cidade de Santarém.

O acesso à reserva é realizado por via fluvial. Saindo da cidade de Santarém pelo rio Tapajós, o trajeto é de cerca de duas horas de lancha até a comunidade mais próxima (52 Km), a Vila Franca. Partindo da cidade de Itaituba, também pelo rio Tapajós, são cerca de quatro horas de lancha até a comunidade mais próxima, no extremo Sul da RESEX, a comunidade de Escrivão, a 112 Km.

FOTO: SERGIO AMARAL



FOTO: VLADI IGLESIAS



O nome da Resex vem de dois de seus maiores rios, o Tapajós e Arapiuns, que banham e regem a vida nas comunidades.

FOTO: LAU POLINESIO



FOTO: TANGO BILILICA



1.2 - O MEIO AMBIENTE NA RESERVA EXTRATIVISTA

1.2.1- HIDROGRAFIA, NOSSOS RIOS

A RESEX está inserida na grande bacia amazônica. Contém 13 bacias principais, totalizando uma área de 6.760,6 km², e com 4.231 km de drenagem. Com o avanço do uso do solo, principalmente nas margens de rios e igarapés, algumas bacias da RESEX estão sofrendo mais interferência. Isso pode acarretar impactos nos corpos hídricos, tais como assoreamento e eutrofização (mudanças na qualidade da água). Até o ano de 2012, 513,61 km² da RESEX estavam antropizados (transformação que exerce o ser humano sobre o meio ambiente).

Os principais rios da RESEX são os rios Tapajós, que banha toda porção Leste da Unidade, e o rio Arapiuns que perfaz a porção Norte da RESEX. Além desses, podemos citar: rio Maró, que limita a parte Noroeste da UC; rio Aruã, da bacia do rio Arapiuns, localizado no entorno da RESEX; rio Inambú; rio São Pedro; igarapés Amorim, Mentai e Nambu que também são importantes cursos d'água para navegação, fundamentais para deslocamento e acesso às comunidades.

A região do rio Tapajós apresenta vários lagos, alguns acessíveis para embarcação apenas no período da cheia dos rios, de janeiro a agosto, outros acessíveis durante todo o ano. Os principais lagos na região são: Capixauã, Amorim, Uquena e Muratuba.



FOTO: FÁBIO PENA



FOTO: FERNANDA SARMENTO

Na beira dos rios da Resex é que se aprende a olhar o mundo. Praias de areias brancas surgem no verão amazônico emoldurando a paisagem.

Sobre a drenagem e sentido dos rios, os cursos d'água da margem esquerda do Tapajós se estendem apenas até a sua base, com exceção do rio Amorim, que avança no interior da reserva. O interior da RESEX é drenado, principalmente, por afluentes da margem esquerda do rio Arapiuns. Os três principais rios no sentido Leste-Oeste são as bacias do rio São Pedro, do Mentai, e do Maró/Inambu, que drenam o Oeste e Sul da reserva. Além disso, sua bacia é a mais desabitada da Unidade de Conservação e a pouca pressão sobre seus recursos indica um potencial para a conservação da qualidade da água na região. Ao longo do rio Tapajós é comum a reclamação de poluição por parte dos comunitários, provocada pelo garimpo na cabeceira do rio, lixo, assim como de assoreamento, desmatamento da mata ciliar e pesca predatória. Cresce também a preocupação dos comunitários sobre a possível construção de hidroelétricas no alto Rio Tapajós e seus impactos sociais e ambientais.

1.2.2 - CLIMA

O clima da RESEX Tapajós-Arapiuns é o clima equatorial, clima das regiões próximas à linha do Equador, com sol e elevadas temperaturas durante a maior parte do ano. O nome inteiro é: clima equatorial continental megatérmico úmido da Amazônia Central. Suas características são o calor elevado (temperaturas médias anuais entre 26°C e 28°C) com umidade alta (valores médios anuais entre 80% a 85%). O volume de chuvas varia entre 2.000 mm e 2.800 mm por ano. A estação chuvosa (inverno) dura de 7 a 9 meses, se estendendo de novembro a julho. E o trimestre mais chuvoso é fevereiro, março e abril.

A estiagem (verão) não é um período totalmente seco, mas sim com menor volume de chuva, uma média entre 50 e 80 mm durante os meses de agosto, setembro e outubro.

Chama-se época seca, porque neste período a chuva é menor do que a perda de água

O FENÔMENO RIOS VOADORES

As Unidades de Conservação Federais, como as Reservas Extrativistas, são importantes instrumentos para a preservação da Amazônia Brasileira. A floresta Amazônica é, por sua vez, importante na regulação do clima. Por exemplo, pesquisadores como Antônio Nobre, descobriram o fenômeno apelidado de Rios Voadores.

Os rios voadores são "cursos de água atmosféricos", formados por massas de ar carregadas de vapor de água, muitas vezes acompanhados por nuvens, e são propelidos pelos ventos. Essas correntes de ar invisíveis passam por cima das nossas cabeças carregando umidade da Bacia Amazônica para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

A floresta amazônica funciona como uma bomba d'água.

Ela puxa para dentro do continente a umidade evaporada pelo oceano Atlântico e carregada pelos ventos alíseos. Ao seguir terra adentro, a umidade cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da evapotranspiração das árvores sob o sol tropical, a floresta devolve a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água. Dessa forma, o ar é sempre recarregado com mais umidade, que continua sendo transportada rumo ao oeste para cair novamente como chuva mais adiante.

A chuva, claro, é de suma importância para nossa vida, nosso bem-estar e para a economia do país. Ela irriga as lavouras, enche os rios terrestres e as represas que fornecem nossa energia.

Fonte: <https://www.facebook.com/arvoresertecnologico>





A palavra *ombrófila* (nome do tipo de floresta predominante na RESEX) vem do grego e seu sentido é “amiga das chuvas”.

FOTO: DAVIDE POMPERMAIER



FOTO: FERNANDA SARMENTO

Perfil esquemático da Floresta Ombrófila Densa (IBGE, 2012, adaptado de Veloso et al. 1991), dos quais ocorrem na RESEX os de número 3, 4 e 5.

do solo por evaporação (a umidade que sobe) e a perda de água das plantas por transpiração (evapotranspiração), que é em torno de 100 mm e 120 mm em média, por mês.

1.2.4 - VEGETAÇÃO E USO DO SOLO

O solo da RESEX é composto por quatro classes: classe boa, classe boa-regular, classe regular e classe restrita. Não existem solos inaptos na área da RESEX Tapajós-Arapiuns. A classe boa abrange a maior área da Unidade de Conservação (UC).

A tipologia vegetal predominante na RESEX é de Floresta Ombrófila Densa, que ocorre em 88% da área total da unidade, cobrindo aproximadamente 591.420,00 hectares. A palavra ombófila vem do grego e seu sentido é “amiga das chuvas”. A floresta é caracterizada por árvores de grande porte e pela presença de lianas lenhosas (cipós e trepadeiras) e epífitas (plantas que não se fixam sobre o chão, mas sobre outras plantas ou superfícies, como as bromélias) em abundância. Suas características ecológicas principais são as elevadas temperaturas (médias de 25° C) e alta precipitação, bem distribuída durante o ano. A Floresta Ombrófila Densa: é subdividida em cinco formações, das quais três ocorrem na RESEX Tapajós-Arapiuns (Ver Figura abaixo):

- **Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel Uniforme:** caracterizada como a formação ribeirinha ou “floresta ciliar” que ocorre ao longo dos cursos de água, cobre 0,20% da área da UC (aproximadamente de 1.330 hectares);

- **Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel Emergente:** formação situada em áreas baixas que possuem de 0 a 100 metros de altitude. Ocupa 15% da área da Unidade com 103.425 hectares.

- **Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana Dossel Emergente:** é a formação florestal predominante na RESEX. Ocupa as áreas dissecadas do relevo montanhoso e dos planaltos com solos medianamente profundos. Cobre 72% da área da UC, 486.665 hectares;

Além das florestas, também existem na RESEX áreas de campos naturais (cerca de 620 hectares) e áreas de vegetação secundária, que sofreram corte raso e agora estão em estágio de recuperação ambiental. Estas áreas de vegetação secundária se encontram mais próximas dos rios Tapajós e Arapiuns, o que coincide com as áreas de moradia das populações da RESEX.

Vista de cima, por meio de imagens de satélite e analisando dados de desmatamento, pode se observar que a vegetação da RESEX está bem preservada. Não há grandes desmatamentos dentro da Unidade de Conservação, apesar da RESEX ser bastante povoada. A maioria das áreas degradadas é resultado dos roçados.



A RESEX E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas estão postas como um grande desafio ambiental da humanidade. Suas causas estão associadas ao aquecimento global, agravadas pelas emissões na atmosfera de gases de efeito estufa, principalmente em decorrência de atividades humanas, sobretudo com a queima de combustíveis fósseis e do desmatamento. A mudança climática é um fenômeno natural, mas em função do modelo econômico que a gente vive atualmente, esse fenômeno está se intensificado.

A emissão de gases poluentes derivados da queima de combustíveis fósseis e da industrialização ainda tem maior peso no aquecimento global. Mas o desmatamento e a queimada das florestas cada vez mais ganham maior relevância, à medida em que cientistas demonstram a função essencial desempenhada por estas florestas para o equilíbrio do sistema climático global.

“A Amazônia é importante para o balanço global de carbono por seu papel

na captação do carbono proveniente da atmosfera e sua absorção pelas árvores e pelo solo”. INPE, 2011.

O Brasil é 4o maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. Se não considerasse o desmatamento, estaríamos em torno do 20o lugar. No Brasil, a grande massa de emissão de efeito estufa vem do desmatamento. O pior é que esse impacto ambiental não está ligado a desenvolvimento econômico e social para a região.

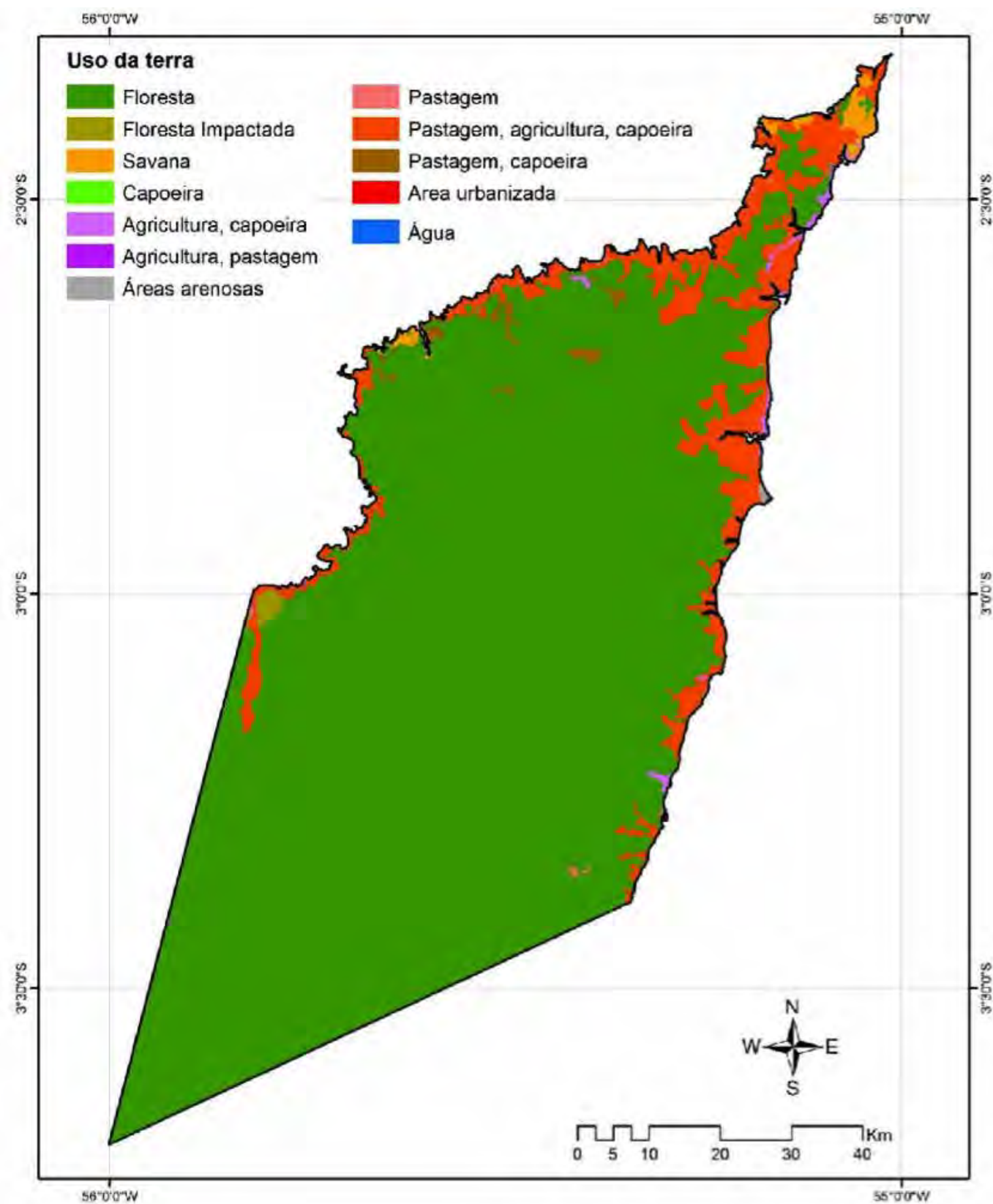
A busca por estratégias e políticas para evitar o desmatamento e as queimadas na Amazônia torna-se fundamental. Uma dessas estratégias foi a criação de Florestas Nacionais, Parques, Reservas Indígenas e Reservas Extrativistas, como o caso da Resex Tapajós-Arapiuns, que compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Hoje elas estariam preservando um estoque de carbono florestal da ordem de 15,2 bilhões de toneladas (32% do estoque total de carbono da Amazônia). (PENA, 2013, pg. 30)

Para se ter uma ideia, no ano de 2013, foram solicitadas autorizações para a realização de roçados em 2.620 ha de vegetação secundária (matas secundárias e capoeiras) e 810 ha de florestas primárias. Já em 2014, as autorizações foram para 1618 ha para vegetação secundária e 470 hectares em floresta primária. Estes números são relativamente baixos considerando-se o tamanho da UC, e fato que a RESEX encontra-se inserida em uma região de alta pressão de desmatamento, o que mostra a efetividade das Unidades de Conservação na proteção da paisagem original. Isto é confirmado pelos dados de detecção de desmatamento via satélite, os quais apontaram 20 polígonos áreas de desflorestamento dentro da RESEX em 2013, sendo o menor de 0,01 ha e o maior de 17,91 ha, num total de 67,11 ha, média de 3,35 ha por polígono, números consideravelmente menores que as regiões do entorno.

No entanto, apesar da cobertura florestal da RESEX estar em boas condições, não se tem informações precisas sobre o estado de conservação da floresta, pois existem áreas da reserva, onde já houve exploração madeireira por meio de corte seletivo, prática que ainda acontece, mas em menos escala quando comparada ao tempo anterior à criação da Reserva. As áreas exploradas também se localizam mais perto das comunidades.

Dentro da RESEX há áreas de pastagens utilizadas na pecuária, em cerca de 0,5% da unidade, principalmente, ao Norte. A criação de animais de grande porte é proibida dentro da RESEX desde a criação da Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei 9.985 de 2000), e o Acordo de Gestão de Recursos Naturais da UC proíbe a formação de novas pastagens na reserva (Portaria ICMBio 124 de 2014).





FONTE: PLANO DE MANEJO

Caracterização do uso do solo na
RESEX Tapajós-Arapiuns (Plano
de Manejo. MMA. ICMbio, 2014)



FOTO: FÁBIO PENA

FOTO: DAVIDE POMPERMAIER



FOTO: LUCA VITTORIO TOFFOLON



FOTO: DAVIDE POMPERMAIER



FOTO: FÁBIO PENA



BIODIVERSIDADE

“Bio” significa “vida” e diversidade significa “variedade”. Então, biodiversidade ou diversidade biológica compreende a totalidade

de variedade de formas de vida que podemos encontrar na Terra (plantas, aves, mamíferos, insetos, microorganismos...).

ECOSSISTEMA

Ecossistema. Junção das palavras gregas oikos = casa + σύστημα = sistema: sistema onde se vive. Designa o conjunto formado por todas as comunidades biológicas que vivem e interagem em determinada região.

As populações da mesma espécie e de espécies diferentes interagem entre si formando comunidades; essas comunidades interagem com o ambiente formando ecossistemas, que interagem entre si formando paisagens, que formam

os biomas. Desertos, florestas, oceanos, são tipos de biomas. Cada um deles possui vários tipos de ecossistemas, os quais possuem espécies únicas. Quando um ecossistema é ameaçado todas as suas espécies também são ameaçadas.

Fonte: http://marte.museu-goeldi.br/marcioayres/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=10



1.2.5- BIODIVERSIDADE ANIMAL

A biodiversidade da RESEX ainda é pouco conhecida. No entanto, nos anos de 2010 e 2011 uma parceria entre ICMBIO, Museu Paraense Emílio Goeldi e Conservação Internacional proporcionou a realização dos estudos que serviram de base para a elaboração dos diagnósticos ambientais do Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns. Foram estudos de: plantas, peixes (Ictiofauna), anfíbios e répteis (Herpetofauna), aves (Ornitofauna), mamíferos de médio e grande porte (Mastofauna), e mamíferos voadores (Quiroptero-fauna).

Foram registradas 471 espécies de plantas, 99 de peixes, 36 de anfíbios, 61 de répteis, 27 de mamíferos de médio e grande porte, 32 espécies de morcegos e 372 de aves. Obviamente que com mais estudos muitas outras espécies serão encontradas na reserva. Além do número de espécies, é importante também investigar como está o tamanho e a saúde destas populações animais, principalmente, as atingidas por caça. Neste sentido, está em andamento um projeto de monitoramento participativo da biodiversidade na Reserva, implementado pelo ICMBio, pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) e por comunitários de algumas comunidades da RESEX.

De répteis, foram registradas 32 espécies de serpentes, 21 de lagartos, cinco de quelônios, uma de jacaré e duas espécies de anfisbaenas (Cobras-cegas). Nenhuma das espécies presentes na RESEX Tapajós-Arapiuns encontra-se na lista estadual ou nacional de espécies ameaçadas de extinção. O tracajá (*Podocnemis unifilis*) é classificado como vulnerável pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN ou International Union for Conservation of Nature), sendo a única espécie em alguma categoria de ameaça. Três espécies da herpetofauna, possivelmente, só existem na área compreendida entre os rios Tapajós e Madeira (interflúvio Madeira-Tapajós), a perereca *Hyla leucocheila*, e os lagartos *Cercosaura* sp. e o *Anolis phyllorhinus* (de possível ocorrência na UC).

Das 372 espécies de aves registradas, oito encontram-se em algum grau de ameaça, que são as espécies jacupiranga (*Penelope pileata*), curica-urubu (*Pyrilia vulturina*), jacu-estalo-escamoso (*Neomorphus squamiger*), uiraçu-falso (*Morphnus guianensis*), gavião-real (*Harpia harpyja*), gavião-de-penacho (*Spizaetus ornatus*), jacupiranga (*Penelope pileata*), curica-urubu (*Pyrilia vulturina*).

Merece destaque a informação de que 12 dessas espécies registradas, só existem na Amazônia brasileira e oito são raras ou com distribuição restrita ao sul do rio Amazonas. Também merece destaque a ocorrência de espécies predadoras de topo de cadeia alimentar, como os gaviões, e espécies cinegéticas de grande porte (as caçadas), como inambus e jacutingas.

Dos mamíferos, quatro se encontram com algum grau de ameaça de extinção: a susuarana (*Puma concolor*), onça-pintada (*Panthera onca*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*) e a anta (*Tapirus terrestris*). Preocupante é a ausência de espécies de grande porte em algumas das áreas amostradas, como os ungulados (veados, porcos e anta), por conta da pressão de caça e baixa integridade dos ambientes de floresta.

CAPÍTULO 2

HISTÓRICO DA RESEX

- Ocupação da região
- Uma história de luta popular
- Principais marcos históricos da criação da Resex
- Políticas ambientais e o papel das populações tradicionais
- Movimento indígena e a Resex Tapajós- Arapiuns





2.1 - OCUPAÇÃO DA REGIÃO

A ocupação desta região tem seu registro escrito por frei Gaspar de Carvajal, um espanhol que participava da expedição comandada por Francisco Orellana até a Amazônia peruana, em 1542. Segundo o relato, os participantes da expedição surpreenderam-se com a quantidade de indígenas, Tupaius ou Tapajós. Esta população ocupava grandes porções de terra da foz ao Médio Tapajós. Da mesma forma que este grupo, inúmeros outros também habitavam a região na época do contato com os europeus.

O controle da região foi tomado pelos portugueses em 1616. Usando o trabalho escravo indígena, eles extraíam e exportavam das florestas as chamadas drogas do sertão e promoviam “tropas de resgate” com o intuito de capturar escravos entre os índios que fugiam para a floresta. Com receio de que a população indígena desaparecesse, a coroa portuguesa mandou missionários jesuítas para a região em 1653, para pacificar, converter e reunir os índios em aldeamentos.

Com a chegada dos primeiros missionários portugueses se formaram as vilas e cidades da região. Já as comunidades que surgiram a partir daquele momento originam-se de antigos aldeamentos indígenas, para onde se deslocavam os nativos que conseguiam escapar das missões religiosas. A colonização torna-se mais permanente com as reformas do Marquês de Pombal que envia seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para reorganizar a administração e tornar produtiva a colônia do Grão-Pará e Maranhão, em 1751. Marcam o período a Lei de liberdade dos índios (Diretório dos Índios) e a instituição da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. É dessa época o incentivo aos casamentos inter-raciais (mistos). Mais tarde, agrupamentos formados no período da Cabanagem (1835 - 1840) deram origem a outras comunidades.

DROGAS DO SERTÃO

Drogas do sertão: Ao longo da colonização, a incursão pelo interior do nosso território abriu caminho não apenas para o conhecimento de novos espaços mas também da vegetação que havia neles. Nesse processo, o contato com as populações indígenas foi de grande importância para os colonizadores conhecerem as qualidades curativas e culinárias das chamadas “drogas do sertão”, que eram ervas, frutos, raízes e sementes que serviam para a preparação de remédios, a elaboração de produtos manufaturados e o tempero da comida.



CABANAGEM

A Cabanagem foi um dos mais importantes movimentos populares do Brasil. Foi o único em que representantes das camadas humildes ocuparam o poder em toda uma província. Em 1835, a economia da província do Grão-Pará, que englobava os atuais Estados do Pará, parte do Amazonas, Amapá, Maranhão e Roraima, se baseava na pesca, na produção de cacau, na extração de madeiras e na exploração das drogas do sertão. Utilizava-se a mão-de-obra escrava negra e a de índios que viviam em aldeias ou já estavam destribalizados e submetidos a um regime de semi-escravidão. Os negros, índios e mestiços compunham a maioria da população do Grão-Pará e viviam agrupados nas pequenas ilhas e na beira dos rios, em cabanas miseráveis. Por isso eram conhecidos como cabanos.

Os cabanos, insatisfeitos, resolveram assumir sua própria luta contra a miséria, o latifúndio, a escravidão e os abusos das autoridades. Invadiram Belém, a capital da província, depuseram o governo que havia sido imposto pelos regentes e assumiram o poder. Formou-se então o único governo do país composto por índios e camponeses.

Entretanto, a radicalização e a violência da massa cabana, a dificuldade de organizar um governo capaz de controlar as divergências internas e a traição de alguns chefes, que chegaram a ajudar as tropas e os navios enviados pelo governo central, levaram à derrota do movimento. Vencidos na capital pelas forças do governo, os cabanos reorganizaram as massas rurais e continuaram lutando até 1840, quando a província, pela força da opressão e da violência, foi obrigada a aceitar a pacificação.

A Cabanagem deixou um saldo de 40 mil mortos. Foi um claro exemplo que a classe dominante não admitia a ascensão do povo

ao poder nem manifestações populares que colocassem em risco o domínio político da aristocracia. Fonte: MASSAN, Roberto, A cabanagem. 2015

OS CABANOS

No mês de agosto de 1835 houve, pela primeira vez, uma dualidade de poderes estabelecida em todo o Grão-Pará: de um lado, um governo rebelde, com base em Belém. Do outro, um governo representante do Império, dos grandes proprietários de terras e grandes comerciantes luso-brasileiros, que denominavam a si mesmos como legalistas. A todos aqueles que consideravam seus opositores, os legalistas denominavam cabanos. Isso significa que os cabanos nunca se reconheceram com esse nome, que só aparece nos escritos dos governantes encarregados de reprimir os rebeldes.

Foi a partir de julho de 1836, com o acirramento da crise entre esses dois poderes estabelecidos e o aumento da repressão, que a ideia de cabano passou a aparecer nos escritos das pessoas que tinham como incumbência acabar com os conflitos no Grão-Pará. E aparece como um crime. Em ofício encaminhado para a capital do Império, contendo uma lista de prisioneiros, o comandante militar Soares d'Andrea, escolhido pelo governo para reprimir a Cabanagem, descreve da seguinte forma os crimes que eles supostamente haviam cometido: "cabanos", "coniventes com cabanos", "cabanos turbulentos". Esse adjetivo era utilizado para deslegitimar o inimigo.

O termo cabano teve como função encobrir e criminalizar uma realidade muito mais complexa: eram indígenas, quilombolas, escravos e ribeirinhos se organizando, se mobilizando para atingir

seus objetivos. Esses objetivos variavam em cada grupo ou articulação formada. Uma das formas de articulação surgida na luta contra os latifundiários e grandes comerciantes foram os magotes. Os magotes eram pequenos coletivos que tiravam sua sobrevivência do assalto às embarcações de grandes comerciantes e apoiavam a luta para expulsar os comerciantes, latifundiários e políticos das vilas. Eram compostos por homens e mulheres de várias origens (quilombolas, camponeses, indígenas, trabalhadores pobres etc).

Com a retomada da capital, o comandante Soares D'Andrea fortaleceu a repressão no interior, para retomar as vilas e outras localidades ocupadas pelos cabanos e para destruir os grupos e coletivos que lutavam por sua autonomia. Assim, a região de Santarém passa a ser considerada estratégica para a pacificação do Grão-Pará. A partir de Santarém, Soares D'Andrea pretendia retomar o controle do Baixo e do Médio Amazonas, bem como controlar o acesso à Vila da Barra (atual Manaus) e ao Alto Amazonas. Para isso, ele retoma a vila, em outubro de 1836, e ali estabelece seu quartel. A partir desse momento, faz a tomada de Ecuipiranga (atual Cuipiranga, em julho de 1837) e realiza expedições para tomar a ilha de Tupinambarana, área que estava nesse contexto em posse dos Munduruku e dos Maués, que dificultavam o comércio e comunicação com a Vila da Barra e o Alto Amazonas.

Ecuipiranga, estrategicamente localizada entre o Arapiuns, o Tapajós e o Amazonas, era o principal foco da resistência na região, porque controlava os acessos a esses três importantes rios. Sua defesa, organizada por seus moradores,



parece ter contado com apoio dos Munduruku e dos Maués. Com a queda de Ecuipiranga, os moradores fugiram, subindo o Tapajós até a Vila de Pinhel (região sul da RESEX, município de Aveiro) e alcançando a atual cidade de Maués, no Estado do Amazonas. Ainda hoje, encontram-se vestígios dos diversos combates que aconteceram nessas comunidades. Pinhel é, portanto, outro lugar significativo da Cabanagem. Lá, os vestígios da re-

volução Cabana também são visíveis. Tratam-se de trincheiras cavadas pelos cabanos e que serviram, segundo informam os moradores atuais, para atrasar a marcha dos legalistas que perseguiram os cabanos mata a dentro. Até hoje, muitos moradores acreditam que as batalhas e as mortes trazem coisas ruins ao lugar. No entanto, os Maitapu de Pinhel têm orgulho de sua história e de sua herança de luta.

Após a derrota de Ecuipiranga, os cabanos se dispersam, embora ainda combatam com certa frequência seus inimigos, muitas vezes obtendo vitórias. Mas a Cabanagem entra em refluxo, e as tropas do Império avançam, massacrando aqueles que consideravam como cabanos. A repressão, extremamente violenta, transformou vilas em localidades quase abandonadas e deixou profundas cicatrizes nos habitantes da região. Ainda hoje, é comum a ideia de cabano remeter a bandidos e malfeitores. Apenas três anos depois da queda de Ecuipiranga, os moradores da região que é hoje a RESEX Tapajós-Arapiuns se entregaram, quando veio a Anistia Geral de 1840.

Fonte: MAHALEM, L. L. rios vermelhos: Perspectivas e posição de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835. São Paulo: 2008.

Ilustrações de Eliás do Rosário Luiz Pinto, publicadas na reportagem Especial "Cuipiranga, aqui os cabanos ganharam e perderam" de Manuel Dutra e Celivaldo Carneiro.

2.2 - UMA HISTÓRIA DE LUTA POPULAR

“O sangue cabano ainda corre nas nossas veias”. É assim que Dona Maria das Neves, ou simplesmente Dona Neves, como gosta de ser chamada, 62 anos, começa a explicar a história da criação da RESEX. Ela é moradora da comunidade Arapiranga, na margem direita do Rio Arapiuns.

“Meus avós eram de Cuipiranga (antes Eucupiranga) e se refugiaram para cá no fim da guerra da cabanagem. Minha família vem desde esse tempo, da história de um povo lutador, um povo guerreiro, que naquele tempo era oprimido, mas lutou por uma terra, com direito de entrar e de sair. Meus antepassados eram aldeados, uma mistura dos Araras com outros povos indígenas e negros que se juntaram em Cuipiranga para resistir à opressão dos portugueses”, explica em voz altiva a senhora que guarda na memória a história de muitas lutas populares.

A comunidade de Cuipiranga fica na margem direita do Rio Arapiuns, entre o Rio Arapiuns e o Rio Amazonas. Foi um dos principais pólos de resistência da revolução popular da Amazônia, a Cabanagem, onde os guerreiros mestiços lutaram contra as forças militares do império brasileiro.

A Cabanagem ainda aparece, mesmo que fragmentada, na memória das lideranças mais velhas da região, que coincidem com diversos estudos, entre os quais o da antropóloga Edviges Ioris. Em artigo publicado em 2008 na Revista ILHA da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Ioris afirma que “a massiva participação daquela população indígena recém-saída das políticas coloniais tornou-a alvo central das forças de combate e da repressão que se seguiu, cujas ações fizeram perecer larga parcela desses indígenas e causaram intensos movimentos de fugas”. Para ela, “tais efeitos foram observados pelo naturalista inglês H. Bates ainda na década de 1850, quando visitou Santarém e registrou que a Cabanagem teria causado uma diminuição de 30% da sua população”.

O rastro daquele período de coragem e de sofrimento para os povos do Vale do Rio Tapajós permanece no imaginário coletivo dos comunitários e pode explicar outros fenômenos sociais da atualidade. As lembranças de Dona Neves remetem a esta outra história de mobilização popular também com grande relevância para um povo que carrega todo esse histórico de lutas: a criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

No final da década de 80 começou outro embate, em outro lado do Rio Arapiuns, onde a família de Dona Neves havia recomeçado a vida depois de fugir de Cuipiranga, com a Cabanagem. O povo que vive no território entre os rios Tapajós e seu afluente Arapiuns começou a se reunir por conta própria, quase sem apoio institucional. Enfrentava uma nova ameaça: a presença de empresas madeireiras retirando madeira ilegalmente no centro da sua área de ocupação tradicional.

A preocupação dos moradores era clara: a exploração avançava sobre a floresta e ia prejudicar a vida das comunidades que dependiam dos recursos que a floresta oferecia

Comunitários em assembléia na comunidade de Tucumatuba, no dia 25/07/1997 discutindo a proposta de criação da RESEX.



ARQUIVO GDA/TAPAJÓARA



ARQUIVO GDA/TAPAJÓARA

para sobreviver. Ainda não tinham clareza sobre o que fazer para evitar que o problema continuasse. Mas entendiam que, sem luta e organização popular, ficariam vendo suas riquezas irem embora, como as balsas que descem rio abaixo levando a madeira da região.

Começava mais uma mobilização popular, em uma situação parecida com o que ocorria em outras partes da Amazônia: o avanço da fronteira econômica sobre territórios ocupados por populações tradicionais.

Os moradores daqui tomaram conhecimento da luta de Chico Mendes para defender o território dos seringueiros, com a realização dos chamados “empates” no estado do Acre. As notícias de lá chegavam por meio dos movimentos sociais e tiveram repercussão ampliada com o assassinato de Chico Mendes. Estas notícias eram, para o povo do Tapajós e Arapiuns, uma inspiração para também lutar por suas terras. Ao mesmo tempo, organizações locais começaram a tomar conhecimento do problema e a apoiar essa luta.

Mas o processo não foi simples. Os comunitários enfrentavam a influência do poder político local, poderio que em geral estava comprometido com o interesse das empresas em continuar explorando o território. Naquele momento os moradores não sabiam, mas estava em curso um grande projeto para transformar o Vale do Rio Tapajós em um pólo madeireiro, para exportação em escala mundial.

O plano vinha a reboque dos incentivos dados pelos Governos Militares na década de 70 no âmbito do projeto geopolítico para expansão das fronteiras econômicas na Amazônia. A antropóloga Ediviges Ioris explica em seu artigo que “o governo federal promoveu um vasto inventário dos recursos florestais na Amazônia, através do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), coordenado pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)”. Informa ainda que “os principais objetivos do PRODEPEF eram fortalecer técnica e institucionalmente o IBDF e estabelecer uma base de dados sobre os recursos florestais para dar suporte ao projeto de modernização da indústria florestal, especialmente a produção madeireira”.

O plano havia avançado na margem direita do Rio Tapajós, com a criação em 1974 da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), com área aproximada de 600 mil hectares, destinada a estudos florestais e à exploração madeireira, conduzida pelo hoje extinto IBDF. Alguns anos depois, os moradores da área da Flona Tapajós entrariam em conflito com o IBDF pela questão fundiária. Eles teriam seu território limitado e corriam risco de saírem de suas terras, em função das áreas que seriam destinadas à exploração madeireira.

Enquanto isso, os moradores da outra margem do rio começaram a pensar que o mesmo poderia acontecer na sua área. A preocupação aumentava porque circulavam informações nas comunidades de que as madeireiras instaladas onde hoje é a RESEX Tapajós-Arapiuns, tinham aval do governo para explorar o território, como no caso da Flona Tapajós.

O estudo de Ediviges Ioris aponta que as duas empresas que se instalaram na região, a Amazonex Exportadora Ltda e a Santa Isabel Agroflorestal Ltda, “(...) tinham a pretensão de ocupar a margem esquerda do Tapajós numa extensão de cerca de 60 km de frente, de Cametá, no município de Aveiro, até o rio Arapiuns, em Santarém, por 100 km de fundo...”



FOTO: ARQUIVO STTR/ TAPAJOARA

Lideranças comunitárias reunidas na comunidade de Tucumatuba, em 1997, aprovam a proposta de criação da RESEX.

“Fomos nós que criamos essa reserva e fizemos a lei que foi aprovada. Não foi ninguém que veio lá de fora dizer que era bom. Nós sentamos, debatemos muito, e chegamos ao ponto que era melhor pra nós”

Francisco Regis da Silva, 54 anos, da comunidade Nova Sociedade.

Sobre a forma como as empresas se instalavam no território, Ioris afirma que “as empresas não usavam de violência aberta, mas da desinformação, da ocupação silenciosa, das promessas de progresso e empregos, e da autoridade do INCRA”. “Soubemos que as empresas já tinham até documentos deles na área. Aí o povo ficou preocupado se essa terra poderia até ser vendida”, afirma o sr. Modesto Ferreira Amaral, 42 anos, de Arapiranga.

No início da década de 1990, com o aumento da visibilidade das questões ambientais, a Amazônia ganhou evidência. O Brasil sediava a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. A agenda de defesa ambiental e a consolidação da incidência política das organizações não governamentais - ONGs, passou também a incorporar os direitos territoriais das populações tradicionais. O movimento iniciado por Chico Mendes no Acre ganhou força com a criação de uma nova modalidade de Unidade de Conservação, as Reservas Extrativistas. Isso favoreceu a luta das comunidades locais. Havia, então, um exemplo de destinação da terra antes devolutas, que respeitava as populações tradicionais.

Em 1998, as comunidades do lado esquerdo do médio e baixo Tapajós conseguiram a criação da reserva e a retirada das madeiras do seu território. Foram favorecidas pelo momento de efervescência dos debates socioambientais, mas é inegável que a mobilização das comunidades foi um fator decisivo. Se a mobilização não existisse, elas ficariam à mercê de decisões governamentais.

A apropriação dessa conquista está muito presente nos discursos dos comunitários, especialmente das lideranças mais antigas, e é preciso que as gerações mais novas também a incorporem.



Chico Mendes, o líder dos povos da floresta
foto: <http://blogdavalce.blogspot.com.br/2011/12/chico-mendes-o-martir-do-povo-da.html>

CHICO MENDES E A LUTA DOS EXTRATIVISTAS

A luta para a criação das Reservas Extrativistas começou na década de 80 em Xapuri, uma pequena cidade do Estado do Acre, sob a liderança expressiva do líder sindical Chico Mendes.

Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, (Xapuri, 15 de dezembro de 1944 — Xapuri, 22 de dezembro de 1988) foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Indignado com as condições de vida dos trabalhadores e dos moradores da região amazônica, ele tornou-se um líder do movimento de resistência pacífica. Defensor da floresta e dos direitos dos seringueiros, Chico Mendes organizou os trabalhadores para protegerem o ambiente, suas casas e famílias contra a violência e a destruição ambiental, ganhando apoio internacional.

Chico Mendes também atuou na luta pela posse da terra contra os grandes proprietários, contrariando interesses de donos de madeiras, de seringais e de fazendas de gado. Sua proposta de “União dos Povos da Floresta”, apresentada na ocasião, pretendia unir os interesses de índios e seringueiros em defesa da floresta amazônica.

Em 22 de dezembro de 1988, exatamente uma semana após completar 44 anos, Chico Mendes foi assassinado com tiros de escopeta no peito na porta dos fundos de sua casa. Chico anunciou que seria morto em função de sua intensa luta, mas as autoridades e a imprensa não deram atenção. Em 1990, o fazendeiro Darly Alves da Silva e seu filho, Darci Alves Pereira, foram julgados e condenados a 19 anos de prisão, pela morte de Chico Mendes.

Transformado em símbolo da luta para defender a Amazônia e os povos da floresta, o legado de Chico Mendes permanece até hoje. A partir de sua luta, surgiram instituições fundamentais para resgatar os direitos das popula-

ções agroextrativistas como: Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS (hoje Conselho Nacional de Populações Extrativistas) e a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - Caex.

Foi a partir daí que os movimentos sociais e ambientais conseguiram formular um conceito de Unidade de Conservação, cuja categoria de manejo viria a ser consagrada na lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC. Um dos reflexos dessa mudança institucional refere-se à criação de uma nova modalidade de Unidade de Conservação de Uso Sustentável que são as Reservas Extrativistas.

As Reservas Extrativistas passaram, rapidamente, à condição de ícone de um movimento ambiental rejuvenescido pelos ideais do recente conceito de Desenvolvimento Sustentável, ainda em gestação no período preparatório para a Rio-92. Durante a década de 1990 intensificaram-se os esforços da sociedade civil e de instituições públicas no sentido de garantir a expansão territorial das áreas destinadas às Reservas Extrativistas, o que foi conseguido de forma exemplar.

OS EMPATES ORGANIZADOS POR CHICO MENDES

Os Empates liderados por Chico Mendes no Acre foram uma estratégia de luta pacífica na busca de evitar o crescente desmatamento na região. No Empate os comunitários mobilizados como para um multirão (Puxirum no linguajar local) pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais se dirigiam para áreas que iriam ser desmatadas pelos pecuaristas. Os participantes dos Empates se postavam, com suas famílias na frente dos “peões” e pediam para que não desmatassem explicando sobre o comprometimento futuro daquela área. Em muitas oportunidades os “peões” foram convencidos a não derrubar a floresta apesar do risco de demissão.

“As madeiras estavam explorando a madeira aí no centro. E quem ia ficar prejudicado? Éramos nós, que depois não teríamos mais a floresta. A gente sabe que a floresta é o pulmão da Amazônia. Estamos falando também da própria vida da gente. De repente, se a gente não lutasse pra ter essa floresta em pé, a gente também não teria vida. A gente veria a fome e a necessidade chegando”,

Dona Neves, comunidade de Arapiranga, Rio Arapiuns



FOTO: FÁBIO PENA

“Eu cheguei a trabalhar pra empresa madeira Santa Izabel. O povo era humilhado porque diziam que a terra era deles, que não podiam mais trabalhar na terra, fazer o seu roçado, eram sujeitos a eles... A vontade da empresa era desocupar as famílias tudinho e a devastação ia ser maior. Eu já tinha esse pensamento de como frear, mas ninguém sabia como se organizar. Nessa época eu entrei pra catequese e aí começamos a luta né, vendo o povo sofrendo. Tinha gente que trabalhava na empresa que era contra a RESEX, porque tinha medo de prejudicar o emprego. Com os colegas do Tapajós começamos a mobilizar o Arapiuns e nessa época a gente conseguiu juntar o STR, o CNPT, CNS, e depois tivemos muitos debates e reuniões nas comunidades até conseguir criar a RESEX”.

Jorge Luís da Conceição, 47 anos, comunidade de Nova Vista



FOTO: LILIAN CAMPELO



FOTO: LILIAN CAMPELO

“Em 1974 foi quando de fato tivemos os primeiros confrontos e a resistência pela terra, no alto e médio Tapajós..... E por conta disso (do sistema de aviamento) veio outras pessoas e se aproveitaram dessa inocência dos nossos seringueiros e mapearam essas áreas, em 1975, 1976. Em 77 houve a entrada das empresas madeiras em cima desses princípios de troca de mercadoria ... aí eles começaram a mapear as posses dos seringais para tornarem suas propriedades e expulsar os moradores... Aí começou a resistência, rolou até morte. Muitos companheiros derramaram lágrimas e sangue...”

Nazareno José de Oliveira, 67 anos – Vila de Boim, 2º presidente da Tapajoara

O SISTEMA DE AVIAMENTO

“Nesse tempo existia o patrão e o freguês. O patrão era o aviador, quem vendia a mercadoria e o freguês quem comprava a mercadoria do patrão. O freguês era um trabalhador que estava sujeito ao patrão pela necessidade de subsistência. O patrão aviava o freguês para ir coletar os produtos da floresta que tinham valor de mercado garantido, como a borracha defumada, fabricada do latex extraído da seringueira, a castanha do Pará e outros. Os patrões, por sua vez, tinham grandes casas comerciais com tudo que era preciso para aviar seus fregueses. Eles se instalaram nas vilas maiores, no Tapajós, como na Vila de Boim. Na época quem dominava o comércio no baixo e médio Tapajós eram os judeus, principalmente no tempo do ciclo da borracha. Lá em Boim ainda existe o cemitério dos judeus. Esses judeus comercializavam a sua produção diretamente com Belém através do navio a vapor Rio Tapajós (movido à lenha); eles também faziam seus comércios ambulantes por meio de barcos à vela,

que chamavam de betelão. A esse tipo de comércio chamavam de regatão. Com isso eles cruzavam o rio Tapajós de uma margem à outra fazendo seus negócios. Nessa época era difícil os fregueses saldarem suas dívidas, os débitos com os patrões só aumentavam e com isso ficavam submissos a eles. Quando as dívidas já estavam muito avantajadas, os patrões faziam propostas dizendo que para quitar as dívidas eles teriam que vender suas posses. Aí os fregueses acabavam vendendo os seus seringais e os mesmos ficavam sem nada”.

Com informações do livro “Resex, conhecer a vida é viver a vida, 2012”, de Antônio de Oliveira (popular Mucura), nascido em 1938, comunidade de Muratuba, rio Tapajós.



FOTO: LILIAN CAMPELO

“Quando eu nasci em 58, eu já nasci com uma questão nas costas, que era a briga pela terra... A lembrança que tenho mais forte da criação da RESEX foi na época quando bateram o martelo pra criação, quando se reuniram pra mais mil e duzentas pessoas, gente de todo o lugar. Foi uma festança, por que eu sabia que dali em diante, não iria ter mais essa questão da terra nas minhas costas, ia ter terra pro meus netos”.

José Francisco – 56 anos – Vila Franca



EXTRATIVISMO

Extrativismo é a atividade de coleta ou exploração sistemática de recursos naturais. Praticado há milênios pela humanidade, o extrativismo não é apenas realizado por povos tradicionais. O mesmo termo, por exemplo, define a atividade de empresas com a Vale ou a Petrobras, cuja atividade principal é a retirada de recursos da natureza. A diferença é a finalidade da coleta, a quantidade e o impacto da exploração, assim como a apropriação das riquezas que ela gera.

O extrativismo é uma prática da nossa região, intensificada com a chegada dos portugueses e por suas expedições em busca das drogas do sertão. Estes produtos atendiam as demandas das famílias e serviam como moeda de troca por produtos manufaturados. A agricultura de corte e queima e o cultivo do guaraná, milho, tabaco, café, arroz e principalmente a mandioca sempre estiveram também presentes entre as práticas de cultivo familiar. Na segunda metade do século XIX, houve um aumento na atividade extrativista por conta da demanda por látex para produção de borracha. Com o desenvolvimento da indústria de pneus para veículos a motor e bicicletas, a Amazônia se tornou a única fonte dessa matéria-prima até o declínio da exploração na região, devido à concorrência com a

borracha na Ásia. Na década de 1940, mobilizados pelo Governo Federal, milhares de migrantes nordestinos vieram para a Amazônia para a extração do látex para a II Guerra Mundial. Ficaram conhecidos como os Soldados da Borracha. Ao fim do conflito não houve a desmobilização e essa população, abandonada, se integrou à região, ainda que boa parte dela tenha morrido de doenças tropicais e pela ausência de políticas de integração.

Os principais portos de parada dos navios para embarque da produção e desembarque de mercadorias estavam localizados na Ponta do Inajatuba (comunidade do Surucuá), Ponta do Pau da Letra (comunidade de Vila de Boim) e São Luis no Alto Tapajós. A produção local de borracha e castanha vinha de seringais dos centros da mata e de áreas cultivadas.

O sistema de aviamento, usado nas relações de comércio na região, causou o endividamento dos extrativistas e também a submissão aos comerciantes que intermediavam a compra de produtos naturais. O aviamento era uma forma de exploração da força de trabalho. Roberto Santos explica, no livro História Econômica da Amazônia, que era um regime de crédito informal, pelo qual “o negociante sediado

em Belém supria de mantimentos a empresa coletora das ‘drogas do sertão’, para receber em pagamento, ao fim da expedição, o produto físico recolhido. Essa modalidade de financiamento ficou conhecida pelo nome de aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro.” As mercadorias eram fornecidas a crédito para os seringueiros e o sistema do aviamento ocorria em cadeia, desde o mercado internacional, pelos importadores, até o seringueiro que iria extrair o látex na mata. Sem poder pagar suas dívidas, os seringueiros davam suas terras para pagamento de dívidas. Com isso, os seringalistas da região acumularam extensas áreas, das quais se diziam proprietários. Este processo resultou em vários conflitos de terra entre moradores nativos e comerciantes. Em 1758 então Governador do Pará, Magalhães Barata, veio à Vila de Boim para se reunir com as comunidades e discutir o problema fundiário.

A partir da década de 1950, outros tipos de extrativismo começaram a ser praticados na região, como a exploração de ouro no Alto Tapajós, na região onde está situada a cidade de Itaituba. Com o ciclo do ouro a região viveu seu auge econômico e grandes transformações sociais, com a chegada de migrantes de outros estados mobilizados

pela expectativa de riqueza com a exploração do produto. Acredita-se que tenham sido extraídas da região cerca de 500 toneladas de ouro. No final da década de 90, houve o declínio da atividade garimpeira na região, deixando muitos problemas sociais e ambientais, um deles foi a contaminação do Rio Tapajós com o mercúrio usado na separação do ouro. Mais recentemente, uma nova corrida pelo ouro na região vem acontecendo incentivadas por autorizações do governo estadual para a abertura de novos garimpos. A dragagem do fundo do rio e de seus afluentes tem gerado muita preocupação com relação ao futuro do Rio Tapajós, que pode ser novamente afetado pela atividade.

Outra atividade, que se destaca, a partir da década de 1970, é a exploração da madeira para comercialização em grande escala, com a implantação de empresas incentivadas pelo governo para a ocupação do território, gerando também muitas mudanças e conflitos, como no caso da região onde hoje é a RESEX. Muitas famílias, pela esperança de emprego, acreditavam que a presença das empresas de madeira na região poderia gerar benefícios, outras por sua vez, viam uma grande ameaça para a integridade e garantia das terras nas mãos dos moradores.



Procurador da República, Felício Pontes, media a histórica assembléia comunitária em Tucumatuba, em 1997.

Assembléia de esclarecimento sobre a criação da RESEX realizada em 1997 na comunidade de São Francisco, Rio Arapiuns.



2.3 - PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA RESEX TAPAJÓS - ARAPIUNS

Em 1981, diversas comunidades da margem esquerda do rio Tapajós se organizaram para evitar o avanço da empresa madeireira Amazonex na região. Naquele ano, elas conquistaram junto ao INCRA a demarcação de uma faixa de terra com aproximadamente 64 km por 13 km, ao longo do rio Tapajós. Na mesma época, outra empresa madeireira (Santa Izabel) começou a explorar a região do Rio Arapiuns, mas as comunidades da região ofereceram pouca resistência. No baixo Arapiuns houve reações contra a exploração desordenada do seixo (um tipo de pedra usado como material de construção), mas os resultados foram pouco expressivos.

As discussões para assegurar a posse da terra (ainda não se falava em Reserva Extrativista) começaram no segundo semestre de 1996, quando as comunidades Pinhel, Camarão e Escrivão, no rio Tapajós, manifestaram a intenção de evitar invasões de madeiras que já atuavam na comunidade vizinha (Cametá) e de preservar uma área para as gerações futuras. Mais tarde, as três comunidades se organizaram em uma associação denominada YANÉ-CAETÉ (Nossa Floresta), cuja primeira ação foi abrir um pico na mata, delimitando a área entre as comunidades de Apacê e Escrivão. Na região do Arapiuns, lideranças locais também começaram a se organizar, frente ao abandono das populações locais pelo poder público e a exploração econômica abusiva dos regatões.

Os movimentos populares das regiões do Arapiuns e Tapajós se unificaram em julho de 1996, com o objetivo de impedir o avanço das empresas que exploravam os recursos naturais sem promover o desenvolvimento regional. Em novembro, as comunidades do Alto Arapiuns, Maró e Aruã se reuniram para debater problemas socioambientais e se organizaram em uma associação. Em fevereiro de 1997, na comunidade de Cachoeira do Maró, foi realizada a Assembléia de Fundação da Associação Intercomunitária das Regiões do Arapiuns, Maró e Aruã – AIRAMA, composta por 21 comunidades, cujo principal objetivo era a regularização fundiária. É importante ressaltar que nas regiões do Tapajós e Arapiuns não haviam famílias sem terra, mas sim sem título definitivo, sujeitas a perder suas terras a qualquer momento para invasores (pecuaristas, fazendeiros, madeireiros, etc).

Com a associação, lideranças comunitárias das duas regiões buscaram orientação técnica junto aos órgãos responsáveis pela questão fundiária em Santarém. Sem encontrar muito apoio, as duas associações intercomunitárias (AIRAMA e YANÉ-CAETÉ) contataram entidades ligadas à questão ambiental em Santarém. Foram os primeiros passos na busca de uma alternativa de regularização da terra para os comunitários. Lideranças comunitárias em visita ao Dr. Rafael Rueda, Coordenador do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT/IBAMA em Brasília, receberam a informação de que havia recursos e vontade política para criação de Reservas

Extrativistas no Brasil. A regularização fundiária por meio de RESEX era de baixo custo e podia ser feita coletivamente, além de respeitar os costumes das populações tradicionais.

Em seguida, foram realizados vários encontros e seminários para discutir a proposta de criação da Reserva Extrativista. A coordenação dessas atividades ficou a cargo do Grupo de Trabalho da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (GT RESEX), composto por entidades não-governamentais de assessoria (Grupo de Defesa da Amazônia - GDA, Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária - CEAPAC, Projeto Saúde e Alegria - PSA, Comissão Pastoral da Terra - CPT, AJURYKABA), associações comunitárias, CNPT/IBAMA e entidade de base (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém - STTR).

Em 24 de novembro de 1997 foi realizada uma grande assembléia na comunidade de Tucumatuba, no rio Tapajós, na qual estiveram presentes representantes do INCRA Nacional, CNPT/IBAMA – Santarém e Brasília, Ministério Público Federal e Estadual, entidades não governamentais (CPT, GDA, PSA), entidades de base – STTR/Santarém, cerca de 22 associações comunitárias do Tapajós e Arapiuns, representantes de 82 comunidades. Participaram da assembleia 250 pessoas, representando aproximadamente 4.500 famílias. As comunidades presentes na assembléia solicitaram formalmente ao IBAMA, por meio de um abaixo-assinado, a criação da Reserva Extrativista.

Com o processo encaminhado ao IBAMA, as comunidades sofreram forte pressão contrária à criação da Reserva. Foram divulgadas informações distorcidas, gerando insegurança e conflito entre os comunitários. Surgiram assim blocos de resistência: de um lado, o grupo dos que perderiam com a criação da Resex – incluindo políticos e empresários –, e do outro, os grupos dos que se favoreceriam – comunidades e associações comunitárias, apoiadas por entidades de base e ONG's. Essa situação gerou um grande debate, chegando a casos extremos, como ameaças de morte entre os próprios comunitários, a equipe do Grupo de Defesa da Amazônia – GDA e a membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém – STTR.

O sonho da garantia da terra começou a se concretizar quando o presidente da República assinou uma carta de compromisso de criação da reserva, no dia 21 de setembro de 1998. E finalmente se tornou realidade com o Decreto Presidencial s/n de 06 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial no dia 09 do mesmo mês. Desta forma, foi criada a primeira Reserva Extrativista do Estado do Pará, abrangendo, na época, 68 comunidades localizadas nos Municípios de Santarém e Aveiro. (Fonte: MMA, ICMBio, 2012.)



Julio Traira, liderança comunitária de Nuquini se pronuncia a favor da Resex na assembléia de tucumatuba.

2.4 - POLÍTICAS AMBIENTAIS E O PAPEL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

O contexto em que aconteceu a criação da RESEX Tapajós-Arapiuns é também resultado de importantes mudanças nos paradigmas das políticas ambientais do país.

“A gente vê que a gente tem uma riquíssima biodiversidade”, afirma Seu Antonio Pereira Munduruku Cara Preta, ou simplesmente Antonio Curupinim como é conhecido, morador de Escrivão, município de Aveiro.

A partir da década de 1980, entra em pauta o reconhecimento de que as populações tradicionais e seus modos de vida são parte da riqueza da Amazônia e de outros biomas, afirma Edna Castro, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA, 1997). Ela explica, no entanto, que os saberes e formas de manejo da natureza de grupos indígenas e comunidades tradicionais são valorizados não por si só. E sim com uma orientação clara de que são fundamentais para a preservação de ecossistemas e da biodiversidade.

O contexto das mobilizações em torno das questões ambientais, ao final da década de 80 e começo de 90, contribuiu para mudar a visão sobre o papel das comunidades tradicionais. Para enfrentar a crise ambiental, se tornou muito importante conhecer as representações e práticas de grupos que, ao longo de muitos anos, desenvolveram um conhecimento profundo sobre os ecossistemas. Graças a esse conhecimento, diz Edna Castro, esses grupos tradicionais conseguiram reproduzir seu sistema social e cultural até os dias de hoje.

“Fatores como a democratização do país, o fortalecimento dos movimentos sociais e a criação de uma massa crítica em defesa da questão ambiental convergiram para que a temática ambiental emergisse nos anos 90 no Brasil e envolvesse a sociedade crítica. Os movimentos sociais que lutaram contra a ditadura agora traziam o ingrediente ambiental para sua pauta política”, afirma Raimunda Monteiro, pesquisadora em desenvolvimento sustentável e reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA no período 2014-2017.

Esse processo levou, entre outras coisas, ao reconhecimento das populações tradicionais – grupos sociais dispersos com seu modo de vida baseado no extrativismo dos rios e floresta – como defensoras da floresta. Foi também nesse contexto que o movimento ambientalista cunhou a expressão “povos da floresta”.

“A gente vive da caça, do peixe, da roça. Usa a madeira, o cipó, sementes que extraímos óleos, a palha para fazer artesanato, as frutas, que às vezes a gente vende.

Então a gente sobrevive da floresta. Nós extraímos o que necessitamos da floresta, mas claro, com manejo. Não um manejo tecnológico, mas com o conhecimento que nós já temos da floresta”, explica Dona Neves.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha afirma que, com as devidas condições estruturais, as populações tradicionais podem ter um papel fundamental na conservação. Hoje, já sabemos que nas regiões onde vivem povos indígenas e populações tradicionais é lá que se encontram mais áreas conservadas. Daí a necessidade de pensar, com essas populações, a gestão de áreas de floresta.

Como explica Edviges Ioris, a associação entre as agendas de defesa ambiental e dos direitos territoriais dos povos amazônicos ganhou força com a mobilização para a criação de Reservas Extrativistas, desencadeada pelo movimento dos seringueiros no estado do Acre para assegurar a posse das terras e a manutenção das áreas de floresta. A criação da RESEX Tapajós-Arapiuns fez parte desse contexto.

Até aquela época, o foco da política ambiental era a criação de áreas de florestas onde não era permitida a presença humana. Hoje, muitas Unidades de Conservação têm

como estratégia a manutenção da população, que realiza um manejo sustentável, no local. Também foram criadas estruturas governamentais e marcos legais para amparar essa nova política, como o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Extrativistas (CNPT), criado pelo IBAMA em fevereiro de 1992. E, mais recentemente, foi feita a revisão da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, aprovada e sancionada em 2000.

Na nova versão da lei o artigo 17, referente às Florestas Nacionais, ampliou o conceito dessas reservas, designando-as para “uso múltiplo sustentável dos recursos naturais” e não apenas para a exploração madeireira, como era anteriormente. Também estabeleceu que “é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação”. Essas mudanças também foram resultado das mobilizações para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92, no Brasil. Naquele momento, o país se preocupava em tomar a vanguarda em relação à pauta socioambiental.

SNUC

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é o conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes

populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Além disso, a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>



O CASO DA FLONA TAPAJÓS

Na margem direita do Tapajós, as comunidades ficaram dentro da área de uma Floresta Nacional. Este é um caso simbólico, em comparação ao modelo de criação da RESEX. Enquanto a RESEX foi resultado da luta das comunidades, a Flona foi criada de cima para baixo, pelo governo federal. Na época da criação da Flona Tapajós, em 1974, a legislação ambiental não permitia a presença de comunidades em Unidades de Conservação. Mesmo assim a unidade foi criada, sem levar em consideração a existência de 22 comunidades ali. “A Flona foi criada sem que os moradores daquela área tivessem um mínimo de conhecimento sobre o que se tratava”, lembra Carlos Dombroski, que na época era presidente do

Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Belterra. “Quando ela foi criada, nós não sabíamos que estávamos morando dentro de uma Unidade de Conservação. Foi surpresa para nós quando soubemos que estava nos planos do governo desapropriar os comunitários. Isso nos deu uma reação muito forte. Lembro a preocupação do meu pai, que perguntava: e agora, para onde nós vamos?”, reforça seu João Lopes Ribeiro, liderança da comunidade de Prainha, Flona Tapajós. Depois de um longo processo de luta, e com as mudanças nas legislações ambientais, hoje as comunidades da Flona Tapajós fazem parte do mesmo território e podem também manejá-la de forma sustentável.



Audiência pública histórica realizada na comunidade de Tucumatuba, Rio Arapiuns, no dia 24 de novembro de 1997, mediada pelo Ministério Público Federal. Havia lideranças comunitárias contrária à criação da Resex, que juntamente com lideranças políticas, representados por vereadores municipais ligados aos interesses econômicos da época, se fizeram presentes na assembléia, denunciando que haveriam assinaturas falsas de comunitários no abaixo-assinado que pedia a criação da Resex, entre outros questionamentos. Após acalorados e tensos debates, apesar dos questionamentos, com esclarecimentos das autoridades presentes, a assembléia manifestou perante o MPF e o CNPT, o aval positivo da maioria das lideranças comunitárias presentes, seu apoio à criação da RESEX.

As narrativas a seguir foram extraídas de vídeos gravados durante este evento.

“...Qual é o primeiro pressuposto para a criação da reserva, qual é? A vontade da comunidade de querer. Então se na hora final se viu que alguma comunidade da área não queria, parou tudo! A nossa função é de advogado da sociedade... Então a gente tá aqui exatamente pra fazer isso. O que decidirem aqui, precisava ser notado pelas autoridades em Brasília... Por isso nós trouxemos alguns técnicos de Brasília para ouvir o que é que vocês tem a dizer”.

Felício Pontes, então Procurador do Ministério Público Federal em Santarém

“A reserva extrativista, o que é? [...] Primeiro, é garantir a terra para as comunidades. Segundo, melhorar a qualidade da produção. Terceiro, é reconhecer que nós precisamos conviver harmonicamente com a natureza. E o quarto ponto, é a organização das comunidades, precisam estar unidas. ... Quero dizer pra vocês sem preconceitos com os companheiros que são contra. Nós já criamos reservas em outras regiões onde havia pessoas contra e hoje são a favor. “

Atanagildo Matos (Gatão), então presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS

“..nosso objetivo sempre foi lutar pela documentação coletiva de nossa área.... principalmente contra aqueles que estão mentindo que tem documentação e dizem que nesta duas regiões não tem habitantes. Isso não é verdade.”

Julio Traira, líder comunitário da comunidade de Nuquini

“Eu sou a favor da criação da Resex, porque não é apenas um programa da terra nas mãos dos trabalhadores, mas é um programa de desenvolvimento sustentável, onde nós possamos através das nossas organizações, das associações, fazer nossos projetos pra buscar recursos para nossas comunidades”.

Antônio de Oliveira, (o Mucura), da comunidade de Muratuba



FOTO: ARQUIVO STTR/ TAPAJÓARA

“..Temos recebido denúncias! Inclusive de falsificação de assinaturas para a criação dessa reserva.... Como líder do governo na Câmara de Santarém, quero aqui transmitir as palavras do prefeito (Lira Maia) que já oficiou ao Sr. Procurador da República, que não está contra a reserva. Está contra a maneira que está se impondo e discutindo...”

Osmando Figueredo, então vereador do Município de Santarém, pelo PDT

Nem todos eram a favor da criação da RESEX, pois haviam muitos ruídos de informação, patrocinados por algumas lideranças políticas da época, que mobilizavam algumas comunidades contra o projeto.

“Estão dizendo que não foram os comunitários que fizeram o pedido da RESEX. Isso é pura mentira. Fomos nós que iniciamos esse trabalho. E quando um representante político vem dizer que foi um pedido manipulado, está mentindo. Nós como lideranças merecemos respeito. Não foi à toa que chegamos onde estamos. Não foi as entidades que jogaram essa proposta de cima pra baixo. Fomos nós que começamos na base”.

Célio Aldo, então presidente da comunidade de São Pedro.

"A grande maioria somos pais de família, somos mães, temos filhos, vamos ter netos, bisnetos... Durante esses dois anos que acompanhamos essa região juntamente com nossos colegas...ficamos convictos que há uma necessidade de garantir a terra para as comunidades. Eu garanto a vocês que não há outra forma de se desenvolver se não for garantir a terra nas mãos das comunidades. A decisão está nas mãos de cada um de vocês. Mas vocês não estão decidindo só por vocês, vão decidir o futuro dos seus filhos e netos. Nos fizemos o nosso trabalho, esclarecemos, e acreditamos que fomos verdadeiros naquilo de falamos..."

Iza Bentes, então coordenadora do GDA - Grupo de Defesa da Amazônia

"...Tem alguém que vai ficar prejudicado com a criação da reserva extrativista? É claro que tem! São os marreteiros, os fazendeiros, é gente que está interessada em vender terra aqui no Arapiuns, aqui no Tapajós, é só esse pessoal que vai ficar prejudicado!... Eu até hoje não vi nenhum bom projeto apresentado por nenhum político aqui pra área do Tapajós e Arapiuns. E esse (a RESEX), eu e os companheiros do sindicato estamos convencidos que é um projeto consistente..."

Livaldo Sarmiento, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém

"O que acabamos de ouvir, a pessoa vem aqui dizer que o povo é contra a Resex. É ele que se pronuncia assim na comunidade e vem aqui dizendo em nome de toda a comunidade como sendo contra. Ele não é um líder comunitário, ele manipula os comunitários!"

Mercedes Melo de Castro, então presidente da associação de moradores de Parauá

"...Nenhum comunitário foi pedir para criar a Resex, vieram aqui até as comunidades dizer que era bom criar a reserva... Há muitas contradições... Que o Arapiuns é explorado por madeiras, enquanto na verdade só temos duas...que nós vivemos do extrativismo, enquanto na verdade é um complemento... muita gente reclamando que não assinou pedindo Resex..."

José Maria Tapajós, então vereador do Município de Santarém, pelo PMBD

"..Há duas teorias a respeito da Amazônia. Tem um grupo de pessoas que diz que não se pode tocar, que é o pulmão do mundo, que se tocar vai haver um desequilíbrio total. E do outro lado, os que dizem que pra valorizar a Amazônia é preciso destruí-la, implantar pastagens, derrubar a mata. Esses dois pontos de vista estão totalmente equivocados, porque não levam em conta que existe população na Amazônia. Entretanto, o Governo Federal encontrou uma solução intermediária, que é exatamente de valorizar as pessoas que moram há muitos anos na região. Por isso, lançou esse programa de Reservas Extrativistas. Porque, em primeiro lugar, é uma maneira de fazer reforma agrária. É uma reforma agrária inteligente, em que se dá o direito à terra de maneira comunitária, como tradicionalmente as pessoas vivem."

Rafael Rueda, então diretor do Centro Nacional de Populações Tradicionais, do Ministério do Meio Ambiente.

"Nós queremos a Resex porque temos experiência de luta desde 1977 quando o Tapajós deu o primeiro exemplo de resistência pela terra (demarcação do pico de 13km) .. Isso não é de graça, não veio envelopado para meterem na minha cabeça. Veio à troca de vida. É por isso que deixo meu apoio...de um pai de família brasileiro."

Nazareno José de Oliveira, liderança da Vila de Boim

"Tivemos aqui uma grande conquista: nosso entendimento, que possa garantir a nós o que é melhor. Não é sair daqui magoado um com outro... Quero lembrar dos nossos antepassados, mas também daqueles que virão. Daqui a 100 anos ninguém de nós estará vivo. Por mais triste que isso seja, é a verdade. A gente morre mesmo. Mas algo em nós não morre, porque nós temos algo de divino, algo que é santo, que passa dessa vida. E nós temos que passar deixando algo bom para os outros. Daqui a 100, 200 anos, quem sabe, os filhos de vocês vão dizer: que bom que os nossos antepassados aqui nessa beira de rio, decidiram pelo melhor pra gente.... Então que Deus nos ajude a tomar uma decisão melhor. E que daqui a 100, 200 anos possamos estar ainda aqui na forma daqueles que virão, porque deixamos para eles o melhor de nós..."

Frei Florêncio Vaz

Vários encontros, assembléias aconteceram nas comunidades antes da decisão sobre a criação da RESEX.



À esquerda, o procurador da república Felício Pontes, e à direita o então vereador José Maria Tapajós, na assembléia de Tucumatuba, em 1997.



2.5 - O MOVIMENTO INDÍGENA E A RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

A criação da Resex tem íntima ligação com um outro processo social, político e cultural que vem ocorrendo na região do Baixo Amazonas, envolvendo a autoafirmação identitária indígena como base para a luta pela terra e por direitos sociais.

Em 1997, um ano antes da criação da Resex em 98, surgiu o Grupo Consciência Indígena (GCI), a partir do Grupo de Reflexão dos Religiosos Negros e Indígenas (GRENI). Uma das lideranças do grupo, Frei Florêncio Vaz, participava ativamente dos movimentos que debatiam e buscavam soluções para a proteção do território das comunidades, trazendo sempre uma valorização da história e da cultura tradicional como ingredientes que animavam e fortaleciam a luta das comunidades.

Desta forma, a questão identitária sempre permeou os debates que resultaram na criação da RESEX. O movimento indígena sempre lutou por seu reconhecimento enquanto grupo e por seus direitos de uso e garantia de seu território. No entanto, muitas famílias e/ou comunidades não se reconheciam ou ainda não haviam sido conscientizadas pela sua condição enquanto indígenas. Contudo, este movimento que ainda tinha pouca visibilidade, foi uma força política destacada para a criação da Resex, pois a luta pelo território era algo que unia a todos, independente do caráter étnico dos grupos que buscavam seus direitos pela terra.

Após o encaminhamento da criação da Resex, que ganhou aderência na maioria das comunidades, o movimento indígena continuou sua trajetória, envolvendo algumas comunidades com uma população, até então tratada apenas como cabocla, que reivindicava o reconhecimento legal como indígenas. O movimento toma força, em contraponto ao silêncio de muitos anos. Este silêncio explica-se na história vivida e contada, onde os indígenas miscigenados foram negados e até hoje pouco reconhecidos, visto que a sociedade e as instituições só aceitavam quem é considerado índio “puro”.

“O entendimento de que o importante é assumir coletivamente a identidade indígena, e não o fato de ser ‘índio puro’, em evidente contraste cultural com a sociedade envolvente, passou a permear as leis, permitindo o reconhecimento de populações mestiças que se autoidentificam como indígenas. Nesse sentido, as legislações que presentemente respaldam as emergências indígenas são produtos de uma construção social que ultrapassou velhos conceitos. A mestiçagem não impede que as comunidades se reconheçam e sejam reconhecidas como indígenas. Desconstruiu-se, assim, a ideia excludente do índio como aquele ser tradicional, nu, morando no mato”, afirmam PEIXOTO, C. R., ARENZ, K. e FIGUEIREDO, K., 2012, em seu artigo sobre o movimento indígena no Baixo Tapajós.

Segundo os mesmos autores, o histórico movimento da cabanagem é comemorada como um exemplo de resistência na população que se autoidentifica como indígena, e as lideranças celebram eventos, como ocorreu na histórica comunidade de Cuipiranga (07-09/01/2011), onde a comemoração dos 175 anos da Cabanagem ressaltou o ideal de resistência dos tapuios e cabanos. O movimento indígena faz da Cabanagem uma história do presente.

Este movimento indígena, inicialmente com GCI, e em seguida com o Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiúns (CITA), que surgiu em 2000, trouxe o reconhecimento dos indígenas do Baixo Tapajós pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), conforme relata Vaz (2010), completou a integração do movimento ao ambiente institucional ligado à questão indígena, como a FUNAI, que vem acompanhando e realizando estudos antropológicos em diversas comunidades que se assumem como indígenas.

O movimento indígena está na Resex Tapajós-Arapiúns, na Flona Tapajós, no PAE Lago Grande, na Gleba Nova Olinda e no Planalto Santareno, “e cresce como uma cheia grande”, conforme a expressão otimista de uma indígena. De fato, se em 1998 eram 20,

ETNOGÊNESE E EMERGÊNCIAS ÉTNICAS

Etnogênese: é um conceito antropológico, que pretende dar conta do processo de emergência de novas identidades étnicas, bem como o ressurgimento de etnias já reconhecidas. Não trata apenas da emergência física de um determinado grupo culturalmente diferenciado, abrange também e principalmente, processos de transformação social pelos quais passa determinado grupo humano, não apenas politicamente, mas também em termos de definição de identidade, seleção e incorporação criativas de elementos auxiliares. Segundo o antropólogo mexicano Miguel Alberto Bartolomé, “O termo etnogênese tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. De modo geral, a antropologia recorreu ao conceito para descrever o desenvolvimento, ao longo da história, das coletividades humanas que nomeamos grupos étnicos, na medida em que se percebem e são percebidas como formações distintas de outros agrupamentos por possuírem um patrimônio lingüístico, social ou cultural que consideram ou é considerado exclusivo, ou seja, o conceito foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões. Entretanto, mais recentemente, passou a ser usado também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação”.

hoje 48 aldeias se fazem representar com caciques e conselheiros em encontros regionais de um calendário histórico-político que inclui, além dos eventos que relembram a Cabanagem, a Semana dos Povos Indígenas e a própria disputa pela fundação de Santarém muito antes de 1661, data oficial de sua fundação, já que o Frei Gaspar de Carvajal relata que em 1542 os índios se encontravam ali em grande número e bem organizados, argumentam os estudantes indígenas na universidade, relatam PEIXOTO, C. R, ARENZ, K. & FIGUEIREDO, K., 2012.

Em comunidades onde há a reivindicação por seu direito à Terra Indígena, o debate é presente. As questões legais, que envolvem uma UC com pedido de território indígena é algo hoje discutido internamente e externamente à RESEX. No entanto, é preciso que se busque alianças quanto ao uso do território e sua gestão e a valorização dos diferentes atores que compartilham esta UC. Conflitos sempre existirão, independente de ser entre grupos étnicos ou não, pois é no conflito que os comunitários trocam e debatem suas necessidades. Por outro lado, o laço de parentesco entre todos os que vivem na RESEX é um fato que pode ser motivo de trocas e acordos entre estes diferentes interesses, enquanto reconhecimento, mas apesar disso, e de todas as diferenças, possuem em comum uma história e uma luta que sempre foi e ainda é motivo de luta. O cenário é propício para que tanto os comunitários, como as instituições que são próximas, discutam formas interessantes, nas quais, o “comum” seja mais importante do que disputas que os separam de uma luta maior referente a gestão e qualidade de vida na Resex.

Do ponto de vista organizacional, o movimento indígena tem participação direta no Conselho Deliberativo da RESEX, participando dos processos de gestão.

ÍNDIOS NA VIZINHA FLONA TAPAJÓS

O movimento indígena se fortaleceu na região a partir da retomada das falas de uma liderança da comunidade de Takuara, na Floresta Nacional do Tapajós, margem esquerda do rio Tapajós, o senhor Laurelino, muito reconhecido em toda a região do Tapajós como um grande curador. Seu falecimento, em 1998, causou muita tristeza na família e na comunidade, que então retomaram a escutar a entrevista concedida a Florencio Vaz, onde Laurelino afirmava ser índio e de pais puro índios. E ainda, que não se envergonhava desta sua condição. A partir disso, os familiares de Seu Laurelino assumem-se como indígenas e junto aos demais moradores se organizam e iniciam a reivindicação quanto à demarcação de suas terras. Hoje na Flona são reconhecidos em Takuara, Bragança e Marituba, o povo Munduruku.



ALDEIAS INDÍGENAS DENTRO DA RESEX:			
TERRITÓRIOS E TERRAS INDÍGENAS REIVINDICADAS	COMUNIDADES/ ALDEIAS	ETNIAS	SITUAÇÃO JURIDICA
Tupinambá	Pajurá, Limaótuba, Cabeceira do Amorim, Brinco das Moças, Muratuba, Jauarituba, Mirixituba, Jaca, Parana-pixuna, Santo Amaro, Paricatuba, São Tomé (parte) - Rio Tapajós	Tupinambá e Camaruara	Mobilização
Escrivão	Escrivão, Camarão, Pinhel	Munduruku-Cara Preta, Maytapu	Aguardando publicação de estudo antropológico
Encantado	Aningalzinho, Aminã, Zaire, Arapiranga e Vista Alegre do Capixauã, Solimões	Tupaiú, Arara Vermelha	Identificação
Nova Vista	Nova Vista e Braço Grande - Rio Arapiuns	Arapiun	Mobilização

FONTE: CITA, 2012; PLANO DE MANEJO DA RESEX, ICMBIO, 2014

“Nós da Resex temos um grau de parentesco muito grande. Admito que tenho sangue português, mas tenho muito mais de sangue indígena e vivo conforme a cultura do meu povo. Pra eu ser indígena não preciso estar de cocar, pintado, Pra mim, ser indígena está na alma, tá no coração. É defender nossa cultura, Não somos índios ressurgidos, somos índios resistentes, que resistiram a grandes massacres e estamos aqui”.

Dinael Cardoso dos Anjos, indígena, Aldeia Braço Grande, Arapiuns



“...Hoje apesar das dificuldades o cenário é melhor para o movimento indígena, porque hoje estamos quebrando o preconceito. Estamos mostrando que existimos, que lutamos. Eles vão respeitar porque estamos criando o respeito. Antes achavam que índio só vivia no mato - claro! a gente vive no mato, mas agora estamos também na universidade...”

Jadson P. M. Barroso, 39 anos, de Solimões



A LUTA PELA TERRA INDIGENA MARÓ, VIZINHA DA RESEX

No entorno do território da Resex Tapajós-Arapuiuns, na margem esquerda do Rio Maró, estão três aldeias que reivindicam a demarcação da Terra Indígena - TI Maró: São José III, Cachoeira do Maró e Novo Lugar. A proximidade dessas comunidades com a RESEX vai além de sua posição geográfica, mas está ligada às mesmas lutas sociais.

Devido aos conflitos fundiários com a presença de empresas madeireiras na região, e à situação de insegurança das comunidades, uma parceria firmada entre o Projeto Saúde e Alegria, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR) e o Conselho Indígena do Tapajós/Arapuiuns (CITA), CPT, GTA, resultou na realização de oficinas de mapeamento participativo, que possibilitassem a geração de dados e mapas da área a partir do conhecimento e da percepção territorial das comunidades residentes.

Como consequência, em junho de 2007, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) declarou considerar a Gleba Nova Olinda como prioritária para o processo de regularização fundiária. Desta forma, ganhou solidez o trabalho iniciado de assessoria às comunidades, sobretudo no monitoramento das ações do ITERPA, subsidiando todo o processo de discussão do ordenamento da gleba. Sucessivamente o Governo do Estado do Pará decretou li-

mitação administrativa provisória sob uma área de aproximadamente 1,3 milhão de hectares, que envolve as quatro glebas, com o objetivo de viabilizar as ações de Ordenamento Territorial.

O decreto, que veio ao encontro dos anseios das populações locais, foi o resultado do desempenho do Grupo de Trabalho Mamuru-Arapuiuns (ITERPA, SEMA, IDEFLOR), que buscando exercer a gestão compartilhada com as comunidades, movimentos sociais e empresários, se propôs a construir um mosaico de usos para esse complexo de glebas. Durante o período de limitação administrativa provisória, foram realizados estudos e a identificação do uso mais adequado das áreas. Em Agosto de 2009, o Governo do Pará deliberou sobre a proposta que define um mosaico de usos para esse complexo de glebas, com foco na proteção das comunidades tradicionais, de áreas de interesse ecológico e o planejamento de longo prazo das áreas com potencial econômico. Além de destinar áreas específicas para o manejo florestal madeireiros, este processo resultou em 2010, em respostas às organizações sociais e territoriais para suas reivindicações com a implantação de dois tipos de modalidade estadual de ordenamento fundiário para as comunidades: 03 áreas de Projetos Estaduais de Assentamento Sustentável (PEAS); 03 áreas de Projetos Estaduais de Assentamento Agroextrativista (PEAEX).

Paralelamente ao processo de ordenamento fundiário estadual, a FUNAI realizou a identificação e demarcação da Terra Indígena do Maró (Gleba Nova Olinda I), que resultou numa área de 42 mil hectares, hoje em processo de homologação no Ministério da Justiça.

A TI Maró foi constituída a partir do autorreconhecimento indígena por essas três comunidades pertencentes às etnias Borari e Arapium, que estão na região desde que seus antepassados se refugiaram e por lá se fixaram para continuarem sua existência física e cultural. Seus rituais eram feitos de forma velada, até que muitos foram desaparecendo com passar do tempo. Esses grupos foram então chamados simplesmente de caboclos ("aqueles que são do mato").

O autorreconhecimento teve estímulo em 2002 com presença do Conselho Indigenista Missionário - Cimi, que levou informações quanto os direitos dos povos indígenas. O momento era de intensas disputas e conflitos entre essas comunidades e as empresas madeireiras que chegavam na região. Os moradores resolveram fazer uma autodemarcação de seu território. O cacique Dadá Borari, como é conhecido, é sequestrado e torturado, três dias antes de iniciarem o trabalho de autodemarcação.

Este processo contribui para pressionar o governo a realizar o ordenamento fundiário da região. No entanto, mesmo após a destinação da área para a TI Maró por parte do Governo Estadual, e da realização de laudos antropológicos pela FUNAI reconhecendo as comunidades indígenas, o processo de demarcação da TI Maró ainda não aconteceu, e as disputas entre os madeireiros e indígenas pelo território continua. Processos judiciais representados por associações patrocinadas por empresas madeireiras, questionam na justiça a condição de ser indígena dessas comunidades. Em novembro de 2014 um juiz Federal de Santarém, Airton Portela proferiu sentença declarando a inexistência de índios nas comunidades em questão. O movimento indígena e o Ministério Público Federal - MPF recorreram da decisão, e em 23 de fevereiro de 2015 o juiz da 2ª Vara Federal de Santarém, Érico Pinheiro, suspendeu a sentença, que agora aguarda decisão dos tribunais superiores. Enquanto isso as comunidades querem apenas o seu direito de morar e manejar de forma sustentável o território tradicionalmente ocupado por seus antepassados.

Veja vídeo que mostra a manifestação realizada em dezembro de 2014 pelos indígenas contra a sentença do juiz Airton Portela: <https://www.youtube.com/watch?v=2x1pYKi3p6Q>



Arquivo movimento indígena Maró



PROTESTO BLOQUEIA BALSAS DE MADEIRA E UNE TI MARÓ E RESEX

Um acontecimento marcante, entre outros, que ocorreram na região, no processo de luta das comunidades, foi o bloqueio de balsas que transportavam madeira extraída da região da Gleba Nova Olinda, na fronteira com a RESEX. Os comunitários que já se encontravam extremamente cansados e descrentes de denunciar às instituições competentes a retirada de madeira ilegal de áreas, que consideravam suas, tomaram uma atitude impactante: em 10 de novembro de 2009, bloquearam as balsas e após vários dias exigindo a presença das autoridades, não obtiveram resposta e por isso queimaram a madeira que acreditavam ser ilegal. Essas balsas queimaram por três noites e teve grande repercussão. Os madeireiros atacavam os indígenas através da influência na mídia, acusando-os de sequestro dos comandantes, o que não foi provado, e

acusando-os de causarem o atraso econômico da região. Até hoje algumas lideranças da região respondem processos judiciais.

O principal centro do movimento foi na comunidade de São Pedro, na RESEX, e mobilizou além das comunidades da Gleba Nova Olinda, principalmente, as comunidades indígenas, várias comunidades da Resex no Rio Arapiuns que se solidarizaram com a luta das comunidades do Maró. Entendiam que a devastação de áreas de floresta nas cabeceiras dos rios que formam a bacia do Rio Arapiuns, como o Maró, afetaria a vida de todos. Entre as reivindicações estava a demarcação da TI Maró. Depois deste fato o Ministério Público Federal abriu uma Ação Civil Pública para o acompanhamento da demarcação da terra.



VIVENDO NA RESEX

- População e manejo do território
- Caracterização econômica
- Serviços públicos
- A Resex e sua gestão



3.1 - POPULAÇÃO E MANEJO DO TERRITÓRIO

“Que foi quando eu nasci eu vi aquela grande riqueza que foi a terra. Que minha mãe dizia assim: Meu filho tudo que a gente planta dá! Tudo que os nossos antepassados deixaram, a gente tem que cumprir. Ela dizia: Olha meu filho, meu pai e minha mãe foram nascidos e criados aqui, eu também, e daqui só saio quando morrer e isso eu quero o mesmo para você!”, conta Antonio Curipunim, da comunidade de Escrivão.



Segundo dados do ICMBIO 2012, vivem na Resex cerca de 4.581 famílias e 23 mil pessoas em 72 comunidades, que se dividem entre as calhas dos rios Arapiuns e Tapajós, sendo que no primeiro se contabilizam 25 comunidades e, no segundo, 47. Além desta subdivisão, pode-se separar as comunidades entre as pertencentes ao município de Santarém, 66 no total, e as que se localizam no município de Aveiro, que perfazem as 6 restantes.

Quanto ao uso do território, hoje a maior parte dos comunitários da RESEX possuem uma área de habitação e de produção ou uso intensivo bem definido. A organização espacial é, geralmente, em forma de vilas ou comunidades. As vilas são, em geral, o

local que deu origem às comunidades, onde se aglomeram mais pessoas e onde existe certa estrutura, como microsistema de distribuição de água, grupo gerador de energia elétrica comunitário, ruas, escolas, campo de futebol, igreja e etc.

Em geral, a área individual de habitação é um terreno pequeno, definido pelas próprias comunidades. Além da habitação, esta área também é utilizada para pequenas produções, como árvores frutíferas, pequenas hortas, e criação de pequenos animais, como galinha caipira, por exemplo. As áreas de produção para agricultura familiar, aquelas destinadas para as roças, são maiores e podem chegar até 100 ha, considerando as áreas em uso e “pousio” (áreas de terras cultiváveis deixadas em descanso ou repouso), geralmente afastadas das comunidades.

Os comunitários possuem uma organização peculiar para divisão dos lotes de habitação e uso, conforme previsto no próprio Acordo de Gestão da Unidade. Dentro da área de uso intensivo para realização da agricultura familiar (Zona Habitacional e de Uso da Reserva), destinada a cada beneficiário, o produtor só pode realizar uso intensivo (roçado) em até 20% da sua área. As áreas destinadas ao extrativismo são, geralmente, de uso comum, onde não há uso intensivo de nenhum comunitário em particular. Esta regra foi respeitada na proposição do zoneamento e das normas previstas no Acordo de Gestão, e passam a regular formalmente a maneira de utilização nas diferentes zonas da UC a partir da publicação de seu Plano de Manejo (20/11/2014, Portaria ICMBio 124).

O cotidiano à beira do Rio Tapajós na comunidade de Maripá

FOTO: PALESTINA ISRAEL



FOTO: PALESTINA ISRAEL



RELAÇÃO DE COMUNIDADES E NÚMERO DE MORADIAS RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

COMUNIDADE	NÚMERO DE MORADIAS	COMUNIDADE	NÚMERO DE MORADIAS
Escrivão	57	Vista Alegre do Capixauã	48
Camarão	15	Capixauã	30
Pinhel	55	Solimões	39
Cametá	180	Pedra Branca	50
Andurú	20	Anumã	48
Samauma	40	Curipata	15
Nova Vista Tapajós	40	Carão	10
Nuquini	55	Santi	28
Tucumatuba	110	Maranhão	12
Boim	250	Maripá	55
Colônia Mentai	5	campo Grande	30
Nossa Sra. Rosário	70	Vila Franca	78
Pau da Letra	30	Anã	99
São Tomé	60	Raposa	10
Jaca	18	São Miguel	98
Jatequara	25	Tucumã	44
Paranapixuna	26	Nova Sociedade	35
Jaurituba	47	Arapiranga	31
Santo Amaro	24	Amina	43
Mirixituba	17	Aningalzinho	20
Vista Alegre do Muratuba	12	Atrocal	42
Muratuba	70	São José I	30
Paricatuba	61	Nova Vista Arapiuns	60
Surucúá	95	São Pedro	190
Retiro	31	Braço Grande	10
Parauá	150	Piquiá	30
Mangai	46	Pascoal	28
Vila do Amorim	90	Mentai	99
Enseada do Amorim	68	Alto Mentai	34
Cabeceira do Amorim	52	Cachoeira de Mentai	10
Pajurá	20	Cabeceira	10
Brinco das Moças	5	Prainha	45
Limãotuba	20	Vista Alegre	18
Uquena	32	Porto Rico	10
Mapirizinho	30	Boa Vista do Maró	10
Suruacá	150	Nova Canaã	15

Obs.: Os dados acima são do número de moradias. O número de famílias pode ser maior porque é comum mais de uma família viver em uma mesma casa.

FONTE: ICMBIO/2012

3.2 - CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

RENDA

Considerando o elevado percentual de famílias beneficiárias de programas sociais para a população em situação de extrema pobreza (Em 2015, 1650 das 4581 famílias da RESEX são beneficiárias do Programa Bolsa Verde), pode-se afirmar que a população da RESEX Tapajós-Arapiuns se encontra numa situação bastante frágil no que diz respeito à renda.

De acordo com os dados do Levantamento de Beneficiários/2009, a média de renda mensal das famílias entrevistadas gira em torno de R\$ 275,00. No entanto, foram declaradas rendas de desde R\$10,00 mensais até R\$1.650,00, o que reafirma aquela condição de pobreza de boa parte da população.

A produção econômico/monetária da RESEX Tapajós-Arapiuns é, na verdade, bastante variável, uma vez que, excluindo-se as bolsas, pouco mais de 10% das famílias contam com uma renda fixa. Em geral, essa parcela da população se encontra na situação de funcionários públicos, aposentados e pensionistas e um pequeno grupo de empregados com e sem carteira assinada. Os principais setores produtivos da UC se ligam a agricultura e pecuária, pesca, extrativismo, artesanato e turismo. Algumas destas atividades são sazonais e se complementam no decorrer do ano.

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE ANIMAIS

A produção agrícola é a principal atividade econômica da RESEX Tapajós-Arapiuns. No entanto, existe uma diferença grande na forma como ela se dá entre as calhas dos rios Arapiuns e Tapajós. De acordo com o Mapeamento Participativo do Uso dos Recursos naturais de RESEX Tapajós-Arapiuns, nas comunidades da bacia do rio Arapiuns muitas famílias possuem uma área denominada “colônia” (63,4%). A colônia é uma área de plantio de culturas perenes e uma parte destinada a culturas sazonais (roçados). Normalmente essa área fica afastada do núcleo da comunidade. Já no rio Tapajós, as comunidades fazem seu plantio em áreas simples de roçado mais próximo às casas, poucas famílias possuem colônia (20,5%), prática que era bastante comum no passado.

A parte da produção mais voltada para o comércio se concentra nos roçados com aproximadamente 68% do total dos produtos vendáveis, sendo que 26% são retirados dos quintais das casas, na área da própria comunidade, e pouco mais de 4% dessas movimentações vem do pasto. O principal produto comercializado pelas famílias vem do roçado através do plantio da mandioca e da macaxeira que é vendida, em geral, processada como farinha. Outras culturas praticadas no roçado são feijão, cará, jerimum, milho e arroz em pequena escala, que servem para a alimentação da família e dos animais, e para a comercialização do excedente.



FOTO: FÁBIO PENA



FOTO: PALESTINA ISRAEL

À esquerda, comunitários na produção da farinha de mandioca e abaixo, carro de boi utilizado no transporte comunitário.

A farinha de mandioca é o carro chefe de mais de 1600 famílias e da maior parte das comunidades, tendo o milho em segundo lugar, porém muito atrás com apenas 67 famílias produtoras.

Como auxílio à produção de alimentos, a grande maioria das famílias cria pequenos animais como galinhas, porcos e patos. Dos três, a criação de galinhas é a mais importante e parte da produção de milho é utilizada como ração. O destino dos animais é o consumo doméstico, mas ocasionalmente eles são vendidos.

A presença de gado bovino dentro da RESEX Tapajós-Arapiuns é algo que ocorre há algum tempo, devido a dois fatores principalmente, primeiro por ser um local de refúgio do boi-da-várzea na época da cheia do rio Amazonas, e segundo, pelos campos de pastos naturais, que ficam na região de Vila Franca a comunidade localizada mais ao Norte da RESEX Tapajós-Arapiuns, onde existe a maior concentração de gado na UC.

Embora essa atividade envolva um número (ainda) relativamente pequeno de famílias, o número de cabeças de gados é crescente e pode se tornar um sério problema de gestão, uma vez que de acordo com a lei do SNUC a pecuária não é permitida em Reservas Extrativistas.



FOTO: MARIA DO SOCORRO MOTA



FOTO: DIRK HENKER

A pesca é umas das atividades que garante fonte de alimentos para as comunidades.

CARACTERIZAÇÃO DA CAÇA

A caça é permitida somente aos moradores e apenas para a subsistência, sendo proibida a venda/comercialização. De acordo com dados do Mapeamento Participativo/2011 a proibição ainda não é plenamente respeitada, sendo que ocorre internamente a comercialização de carne de caça, sendo comum a prática do escambo com outros produtos básicos para a família. A partir dos dados do Levantamento de Beneficiários/2009, em torno de 80% da população da RESEX Tapajós-Arapiuns pratica esta atividade como instrumento de auxílio à subsistência e embora exista comercialização, esta não se constitui numa fonte permanente de renda na economia das comunidades.

A caça tem várias funções, como alimentação, uso medicinal e produção de artesanato (o que gera rendas indiretas e muitas vezes não mensuráveis), ou mesmo como uma prática de defesa dos roçados que são, de acordo com alguns comunitários, vítimas de animais como o caititu, que, portanto acaba se tornando uma caça em potencial.

CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

De forma geral, é possível dizer que quase 25% da população realiza a atividade pesqueira cotidianamente, porém poucos pescadores vivem exclusivamente da pesca comercial como atividade econômica principal. Por ser muito importante, a atividade de pesca gera conflitos e problemas de convivência entre os habitantes da RESEX. Dessa forma, todas as comunidades da UC possuem regras visando dirimir impactos no estoque pesqueiro e mitigar os conflitos relacionados à atividade.



FOTO: CAETANO SCANNAVINO

Muitas comunidades apresentaram regras seguindo o Acordo de Gestão da RESEX, como: “Fica proibida a utilização dos seguintes métodos e arreios: batção, produtos tóxicos como o timbó, círculo e arrastão de malhadeira, tapagem, represa, explosivos (bombas) e uso de máscaras”. Contudo, algumas comunidades só fazem restrição a alguns desses métodos no verão (período de seca), pois os peixes ficam mais vulneráveis.

Apesar disto, uma enormidade de conflitos se mantém constante, devido à exploração de áreas que de acordo com o Acordo de Gestão deveriam ser de acesso restrito a cada comunidade. Tal desrespeito às regras ocorre entre os próprios da RESEX, mas, em especial, se dá por parte de pescadores externos à UC, o que os comunitários chamam de “invasão” de barcos de pesca, conhecidos localmente como “geleiras” vindos das cidades de Santarém e de Alenquer.



FOTO: ANDREA COLARES



FOTO: FÁBIO PENA

Acima, coleta de açaí, e abaixo construção naval no Rio Maró.

EXTRATIVISMO DA FLORESTA

A atividade extrativista está presente na vida da população da RESEX, já que uma enormidade de bens necessários para o bem-estar se baseia no acesso aos recursos naturais, sejam eles madeireiros ou não madeireiros. Segundo os dados do Levantamento de Beneficiários/2009, a prática do extrativismo vegetal é algo comum a aproximadamente 90% das famílias, sendo que óleos, castanhas, frutos e a própria madeira são os principais produtos retirados da floresta.

A utilização e a exploração de produtos vegetais se dá principalmente em relação a frutos, os quais, segundo os dados do Levantamento de Beneficiários/2009, aproximadamente 90% das famílias praticam, o que significa dizer que este tipo de extração é bastante comum como forma de complemento alimentar das famílias, sendo que em certas épocas do ano durante a safra de alguns destes produtos, como o uixi, o piquiá e o açaí se tornam a base alimentar da população. Nesse caso, alguns extrativistas fazem a comercialização e a troca dos frutos com seus vizinhos e parentes. A venda das mesmas para fora da UC não tem sido uma prática.

A extração do latex da seringueira ainda é feita em algumas comunidades, que comercializam o produto através de cooperativas que atuam na RESEX, mas tem tido cada vez menor peso na renda das famílias.

No caso dos produtos madeireiros, estes são fundamentais para a construção de casas e outras estruturas comunitárias, o que significaria a não necessidade de relações monetárias nessas atividades, no entanto, a extração das mesmas exige, em geral, a contratação de mão de obra “especializada” para tal, a motosserra em muitos sentidos é essencial, apesar de haver também trabalhos feitos com a utilização de machado.

A renda originária da extração madeireira pode ocorrer de diversas formas, seja através da venda da mão de obra de derrubada da árvore, seja a partir da mercantilização de produtos madeireiros, ou mesmo na venda direta de madeira, apesar de ser proibida a comercialização da madeira in natura. Dessa maneira, a mercantilização da madeira é regulamentada pelo Acordo de Gestão da RESEX Tapajós-Arapiuns: “É permitido o uso particular da madeira dentro dos lotes individuais para benefício familiar, como construção de casas, canoas, barcos e outros; sendo permitida a comercialização entre comunitários da RESEX. A comercialização de produtos beneficiados (remos, canoas, móveis, etc.) para fora da RESEX será permitida, estando proibida a comercialização de toras, pranchões, tábuas, perna-mancas, esteios, ripas, etc.”.

As principais formas de venda de produtos madeireiros para fora da UC são a partir da confecção de canoas, remos, móveis e artesanato.



FOTO: SÉRGIO AMARAL

ARTESANATO

Como já colocado, a relação entre extrativismo e artesanato é quase direta, pois inúmeros produtos artesanais demandam sementes, madeiras, cipós, palhas, etc. Dessa forma, algumas comunidades têm ou já tiveram projetos relacionados a este nicho econômico, como por exemplo, as comunidades de Nova Vista, Nuquini e Surucuá que beneficiam madeira caída para artesanato através da Cooperativa das Oficinas Caboclas do Tapajós – OCT.

Em muitas comunidades, existe a produção de artesanatos decorativos ou utilitários, a partir do uso de talas e palhas, e embora incipiente a sua comercialização, em algumas comunidades da região do Rio Arapiuns, vem se tornando um fonte de renda.

Além das possibilidades econômicas do artesanato, este também está diretamente ligado a questões culturais e até mesmo de modos de produção, nesse sentido é muito comum ver na RESEX o uso do “tipiti” (é um tipo de espremedor feito de palha trançada, para a retida dos líquidos da mandioca) para o processamento da farinha e a produção do tucupi.

TURISMO

A paisagem da Resex, tanto a floresta como as grandes extensões de praias de areais brancas, e as próprias comunidades, tanto no Rio Tapajós, quanto no Arapiuns, são um grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística. No entanto, esta atividade é ainda bastante incipiente e concentrada em algumas comunidades.



FOTO: FÁBIO PEVA



FOTO: SÉRGIO AMARAL

AGROEXTRATIVISMO

É a união das atividades agrícolas sustentáveis, de baixo impacto e alto valor social, com a extração de produtos florestais nativos. O agroextrativismo gera os produtos da chamada sócio-biodiversidade, historicamente manejados pelos Povos e Comunidades Tradicionais e por Agricultores Familiares especialmente na Amazônia, que tem uma importância determinante para a sua sobrevivência, a reprodução socioambiental e cultural e contribuem também de forma significativa para a conservação da biodiversidade, para a segurança alimentar e nutricional, a economia e o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional.



FOTO: PALESTINA ISRAEL

3.3 - SERVIÇOS PÚBLICOS

TRANSPORTE

A RESEX Tapajós/Arapiuns está totalmente deslocada das sedes municipais (Santarém e Aveiro) que a compõem. No caso de Santarém, seu território encontra-se na outra margem do Rio Tapajós, tornando seu acesso possível apenas por via fluvial. Por causa dessa caracterização geográfica, inúmeras embarcações particulares e comunitárias (pequenas e médias) prestam serviço de transporte de passageiros e cargas entre as comunidades e o beiradão de Santarém ou a Vila de Alter do Chão. Não existem serviços de transporte público.

No território da RESEX não há estradas, só existe uma rede de trilhas e ramais conectando as diferentes comunidades e as margens dos dois rios (Tapajós e Arapiuns), facilitando a movimentação a pé, de bicicleta e/ou motocicleta. Mas não existe nenhum tipo de transporte terrestre maior, público ou particular, que integre as regiões.

Barcos de linha fazem o transporte de passageiros entre as comunidades e as cidades da região, principalmente Santarém.



FOTO: FÁBIO PENA

Há poucas vias de acesso de integração entre as comunidades do território da RESEX, e a maioria do fluxo se dá por via fluvial.



FOTO: ARQUIVO PSA



FOTO: FÁBIO PENA



FOTO: FÁBIO PENA

Acima, casas construídas pelo programa habitacional do governo federal, abaixo, arquitetura tradicional de casas cobertas de palha que se mantém em algumas comunidades

ENERGIA

Nenhuma comunidade da RESEX tem acesso regular a energia, o que não contribui para agregar o devido valor às atividades econômicas, assim como possibilidades para o processamento de alimentos e o beneficiamento da produção. Isto dificulta também a implantação de tecnologias de informação e comunicação, os processos educativos, a conservação de medicamentos (vacinas, soro antiofídico, etc) nos poucos Postos de Saúde existentes, entre outros limitantes da exclusão elétrica. Na maioria das comunidades funcionam geradores coletivos (que atendem grupos de famílias), fornecendo energia suficiente apenas para iluminação precária e para assistir televisão, durante algumas horas por dia. Vem também aumentando o número de famílias que possuem geradores próprios, aumentando a demanda por consumo de combustíveis que só podem ser comprados na cidade.

Escolas e postos de saúde têm, freqüentemente, sistemas de energia solar instalados. Em algumas comunidades existem pequenas experiências de uso doméstico de energia solar fotovoltaica.

HABITAÇÃO

As casas dos moradores da RESEX possuem tradicionalmente uma arquitetura harmônica com o meio ambiente, refletindo traços da cultura indígena na utilização de materiais da floresta e da terra, como madeira e palhas para cobertura, o que ameniza o calor do clima quente e úmido da região.

A partir de 2004, cerca de 2.500 famílias foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural, em parceria com o INCRA/MDA através da oferta de crédito para construção. A partir de 2014 o Programa passou a se chamar Minha Casa Minha Vida Rural. Seus moradores foram beneficiados com casas de alvenaria, embora a maioria das famílias continue utilizando (como anexo) a residência tradicional, por causa do tamanho (pequeno) e das características das casas de alvenaria, pouco apropriadas ao clima.

Por causa da precariedade na oferta de serviços e de infraestrutura, é comum as famílias possuírem casas ou bases na periferia de Santarém, onde passam parte do seu tempo, ou onde alguns dos membros das famílias (principalmente jovens) vivem com intuito de conseguir estudar ou trabalhar, além de buscar acesso ao mercado e atendimento em equipamentos e serviços públicos disponibilizados apenas no meio urbano.

SAÚDE, ÁGUA E SANEAMENTO

Na RESEX existem Postos de Saúde nas comunidades de Suruacá (Baixo Tapajós), Parauá (médio Rio Tapajós), Boim (Alto Rio Tapajós), São Pedro (médio Rio Arapiuns), estes funcionando de maneira mais regular. Outros postos existem nas comunidades de Vila Anã, Anumã, Cametá e Andurú, porém em precárias condições.

As demais comunidades são atendidas por estes postos de saúde públicos localizados nas comunidades maiores, que são cronicamente desabastecidos e só oferecem



FOTO: ADHARA LUZ



FOTOS: LILIAN CAMPELO



os serviços básicos, com técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

Boa parte dos atendimentos em saúde são realizados através das visitas periódicas, em média de 45 dias em cada comunidade-polo, pelas Unidades de Saúde da Família Fluviais, que funcionam à bordo dos barcos hospitalares Abaré I e II. Esses barcos foram construídos pelo Projeto Saúde e Alegria e se tornaram referência para o Ministério da Saúde - MS no atendimento aos ribeirinhos e inspiraram a criação do Programa de Saúde da Família Fluvial. Hoje, os atendi-

mentos são geridos pela Prefeitura Municipal de Santarém, que recebe os recursos do Ministério da Saúde para isso.

A medicina popular, com remédios caseiros, com plantas, óleos e ervas medicinais ainda é bastante utilizada nas comunidades.

O acesso à água encanada ainda é um grande problema nas comunidades pequenas, sendo que apenas as maiores comunidades têm sistemas de captação, tratamento e distribuição, implantados por meio de diferentes financiamentos e parcerias, a exemplo dos implantados pelo Projeto Saúde e Alegria e gerenciados pelas organizações comunitárias. Os demais continuam dependendo da água do rio e/ou utilizam um ou mais poços manuais coletivos.

Não há nas comunidades sistema de tratamento de esgoto e do lixo. Nas comunidades onde os moradores receberam o Programa Minha Casa Minha Vida, as condições dos sanitários domiciliares são melhores, com fossas. Nas demais, os sanitários são do tipo fossa negra (buraco no chão) com pedras de cimento ou mesmo de madeira.

EDUCAÇÃO

Existem 64 escolas, quase a totalidade de comunidades da RESEX. Ter uma escola é umas das condições fundamentais para a independência de uma comunidade. Há casos, por exemplo, em que núcleos familiares formaram comunidades com organização própria para lutarem pelo acesso a escola para seus filhos.

Principalmente a partir de 2005, a grande maioria possui o ensino fundamental, que está praticamente universalizado. Nas comunidades com maior concentração populacional, funcionam as escolas pólos que dispõem de prédios escolares com razoável infraestrutura física. Porém, ainda encontram-se escolas com salas de aula improvisadas, prédios deteriorados. Nas comunidades menores, funcionam escolas agregadas aos pólos, em geral com pouca infraestrutura, com professores lecionando ainda no sistema multisseriado.

A grande demanda das comunidades é o acesso ao ensino médio, sendo que apenas duas comunidades possuem o ensino regular. As demais são atendidas no Sistema Modular de Ensino - SOME, que apresenta muitas dificuldades, como a falta de regularidade

Acima, Barco Hospital Abaré I. Abaixo, inauguração do sistema de abastecimento de água das comunidades Capixauã, Vista Alegre, Novo Progresso e Araçazal, rio Tapajós. Ao todo o Projeto Saúde e Alegria já implantou 10 sistema de abastecimento de água beneficiando cerca de 5 mil pessoas.

na presença de professores que seguem da cidade para ministrar aulas em módulos intensivos, a falta de salas de aula adequadas e calendário pouco apropriado para a vida do campo. Isso faz com que muitos jovens, ao concluírem o ensino fundamental, migrem para a cidade para continuar seus estudos.

A educação na RESEX possui também o grande desafio de contextualizar o ensino à realidade sociocultural e ambiental dos alunos, uma vez que o currículo, os poucos materiais didáticos a que têm acesso, e as metodologias ainda reproduzem uma visão urbano-cêntrica que muitas vezes não contempla as formas de viver a vida da RESEX. Forma os jovens para saírem de suas comunidades e não para a construção de um projeto de vida baseado nos potenciais do seu território. A formação dos professores é outro desafio, que vem melhorando nos últimos anos com o ingresso dos professores nos cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

ESTRUTURAS DE USO COMUNITÁRIO E FAMILIAR POR CALHA DE RIO			
Bacias	ARAPIUNS	TAPAJÓS	TOTAL
Número de comunidades	25	47	72
Moradias	1099	2451	3550
Colônias	675	443	1118
Sedes comunitárias*	24	45	69
Escola*	22	42	64
Igrejas	24	45	69
Posto de saúde	1	6	7
Campo de futebol*	24	45	69
Telefone público	7	11	18
Energia (geradores)	22	45	67

* tipo de estruturas que eventualmente existe mais de uma na mesma comunidade.
FONTE: PLANO DE MANEJO DA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS, 2014

Acima, Escola João Franco Sarmiento da Comunidade Suruacá. Abaixo, telecentro de inclusão digital na mesma comunidade, o primeiro de 8 implantados pelo Projeto Saúde e Alegria em parceria com diversos parceiros e o programa Telecentros Br do Governo Federal. Abaixo, jovens de Muratuba experimentam o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, uma crescente demanda das comunidades.



FOTO: ARQUIVO PSA



FOTO: KIKI MORI



FOTO: LUCA TOFFOLON



FOTO: BOB BARBOSA



FOTO: FÁBIO PENA

3.4 - A RESEX E SUA GESTÃO

As Reservas Extrativistas, conforme a Lei Federal N° 9985 de 18 de julho de 2000, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são Unidades de Conservação da Natureza (UC). Ou seja, são áreas públicas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se na extração de recursos da floresta, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Um dos objetivos das RESEX é garantir o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais da área, ou seja, compatibilizar a conservação da natureza com a qualidade de vida das pessoas. Pesquisa científica, visitação e educação ambiental também são atividades permitidas e incentivadas. Afinal, o que é e pra que serve uma Unidade de Conservação da Natureza (UC)?

Em primeiro lugar, é preciso saber, que na esfera administrativa federal, existem 12 categorias diferentes de Unidades de Conservação, incluindo Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Nacionais (FLONA), Parques Nacionais (PARNA), Áreas de Proteção Ambientais (APA) etc. O principal ponto em comum é que todas as UCs são áreas naturais demarcadas com propósito básico de proteger a natureza, rios, animais, água, árvores, solo e demais elementos da biodiversidade.

Também é preciso entender que estas 12 categorias de UCs estão organizadas em dois grandes grupos de Unidades de Conservação: o grupo das UCs de Proteção Integral e o grupo das UCs de Uso Sustentável. O uso direto dos recursos naturais dentro das unidades, como agricultura de subsistência, extrativismo e mesmo moradia, é permitido em UCs do grupo de Uso Sustentável, no qual estão incluídas as RESEXs e FLONAs. Conforme a Lei Federal N° 9985/2000, o “objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. Este é, portanto, o caso da RESEX Tapajós-Arapiuns.

QUEM FAZ A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Lei que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal N° 9985/2000) estabelece que as Unidades de Conservação sejam administradas em conjunto com os seus Conselhos Gestores. O Conselho gestor da RESEX é do tipo DELIBERATIVO (Ver abaixo). Os principais instrumentos de gestão das RESEX são, além da legislação ambiental, o seu Plano de Manejo, o Acordo de Gestão de Recursos Naturais, o Zoneamento da Unidade, o Conselho Deliberativo e o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

O PLANO DE MANEJO

É o documento técnico que serve como “manual de instruções” de gestão da reserva. Nele estão contidas as características sociais, econômicas e ambientais da reserva, bem como, as atividades que podem e devem ser desenvolvidas dentro da unidade.

Essas atividades são organizadas em programas de sustentabilidade ambiental socioeconômica. No Plano de Manejo da Reserva Tapajós-Arapiuns, publicado em 20 de novembro de 2014 (Portaria ICMBio N°124), as atividades estão organizadas em cinco programas, a saber: Programa de Qualidade de Vida, Programa de Manejo de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Impactos Ambientais, Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental, e Programa de Gestão e Administração.

O ACORDO DE GESTÃO DA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

É resultado de uma construção coletiva e está contido dentro de seu Plano de Manejo. O acordo é o documento, no qual, estão descritas as regras específicas de uso dos recursos naturais e de ocupação da reserva. Seu objetivo básico é assegurar que os recursos naturais sejam usados de forma sustentável, ou seja, de forma inteligente e organizada, para garantir a manutenção dos recursos ao longo do tempo. Assim é possível proporcionar qualidade de vida às presentes e futuras gerações humanas, bem como garantir a proteção da natureza, animais, plantas, frutos, água etc. O Acordo de Gestão da RESEX está organizado em seis tópicos: Uso da Terra e da Floresta para o Extrativismo, Uso da Fauna, Áreas de Uso Comum, Proteção e Vigilância, Disposições Gerais e Zoneamento da Reserva Extrativista.

O ZONEAMENTO

Trata da organização do espaço da Reserva Extrativista, definindo áreas de uso e de não uso do território. Para fazer isso, define divide a unidade em setores ou zonas, cada um deles com regras e objetivos de manejo específicos. O zoneamento tem o propósito de proporcionar as condições para que todos os objetivos da Unidade de Conservação sejam alcançados de forma harmônica e eficaz. Na RESEX Tapajós-Arapiuns, o Zoneamento da Reserva define três zonas: a Zona Habitacional e Produtiva (353.425 hectares, 52,19 % da RESEX), a Zona de Manejo Florestal (187.557 hectares, 27,69 % da RESEX), e a Zona de Preservação (136.316 hectares, 20,12 % da RESEX). Procure saber quais são as atividades permitidas e proibidas dentro de cada zona.

O CONSELHO DELIBERATIVO

É o espaço onde os comunitários e os demais representantes da sociedade civil organizada e das instituições públicas podem debater e decidir sobre as atividades referentes às questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas de gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência. O Conselho Deliberativo da RESEX é presidido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que é a instituição pública federal responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais de todo o país. Além do ICMBio, a composição atual do Conselho da Reserva Tapajós-Arapiuns (Portaria ICMBio 196, de 14/06/2013) é

composta por oito instituições públicas e 19 instituições da sociedade civil organizada. Dessas, 13 são associações comunitárias das comunidades da RESEX, incluindo a TAPAJOARA. Em 2014, o Conselho da RESEX aprovou, por resolução, a inclusão de mais cinco instituições, sendo uma instituição pública e outras quatro associações comunitárias da Reserva. Cada instituição é representada por um conselheiro titular e um suplente. O Conselho da RESEX se reúne ordinariamente três vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões são públicas, todos podem participar.

O CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (CCDRU)

É o contrato que garante legalmente o acesso das populações tradicionais à moradia e ao uso dos recursos naturais na área da Unidade, bem como o direito de acesso a diversas políticas públicas. A assinatura do CDDRU da RESEX aconteceu dia 05 de outubro de 2011, no município de Gurupá (PA), e contemplou a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (TAPAJOARA) como concessionária da área. A TAPAJOARA foi eleita pelo Conselho Deliberativo para representar todos os moradores da RESEX. O contrato garantiu a cessão gratuita da RESEX à TAPAJOARA por 50 anos, a contar da data de sua assinatura.

O ICMBIO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é a instituição pública federal responsável pela gestão das mais de 300 Unidades de Conservação (UCs) federais de todo o país, aproximadamente 10% do território nacional. Integra o Ministério de Meio Ambiente, e sua missão é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental em sua área de atuação. Saúde, educação, agricultura e demais assuntos são de responsabilidade direta de outras instituições públicas, cabendo ao ICMBio, ao Conselho Deliberativo da RESEX e associações comunitárias articular a sua promoção.

A TAPAJOARA

A TAPAJOARA é a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns - TAPAJOARA. Fundada em 1999 é a instância política de representação máxima dos moradores, das comunidades e associações comunitárias da RESEX. A TAPAJOARA tem como missão proporcionar o fortalecimento da organização social comunitária e apoiar a implementação de projetos para melhorar a qualidade de vida nas comunidades. A TAPAJOARA é que detém a concessão do direito real de uso da Reserva.



FOTO: ELIS LUCIEN



FOTO: ELIS LUCIEN

GALERIA DOS PRESIDENTES DA TAPAJOARA



FOTO: ARQUIVO PSA

Miguel Lúcio Sousa Lima (comunidade de Suruacá) - 1999 a 2001



FOTO: LILIAN CAMPELO

Nazareno José de Oliveira (Vila de Boim) - 2002 a 2004



FOTO: ARQUIVO TAPAJOARA

Edivaldo Cicero Gama Lima (Comunidade Aningalzinho) - 2005 a 2007



FOTO: LILIAN CAMPELO

Rosinaldo Santos dos Anjos (Aldeia de Muratuba) - 2008 a 2010



FOTO: FÁBIO PENA

Leônidas Bentes Farias (Comunidade de Suruacá) 2011 a 2013/2014 a 2016

“Pra mim a importância da RESEX é que hoje o território é nosso. Mas não basta só isso, falta o jovem se interessar mais, ter mais comunicação. O Plano de Manejo vem com certeza melhorar mais a nossa vida, principalmente como vamos manejar. Mas ainda tem muita coisa que precisa ser melhorado, principalmente a comunicação e o estudo para os jovens”.

Francisco Fernandes de Oliveira – 53 anos – Anumã



FOTO: LILIAN CAMPELO

“Uma das grades vitórias atuais foi a aprovação do Plano de Manejo. Mas as futuras gerações tem que ser preparadas para não destruir. Então, a nossa missão hoje é preparar as pessoas que virão após a gente, porque depois as pessoas podem mudar de opinião”.

Dinael Cardoso dos Anjos, indígena, Aldeia Braço Grande, Arapiuns



FOTO: LILIAN CAMPELO

“Ainda tem muitas comunidades isoladas... Ainda não temos comunicação, energia, para termos uma boa produção tínhamos que ter energia 24 horas. Na minha comunidade não tem comunicação, a gente não tem rádio amador, não tem internet, telefone fixo ou móvel. Então na hora da doença a gente não tem pra onde apelar, não temos posto de saúde. Falta melhorar em tudo isso, energia, saneamento básico, comunicação, mais políticas públicas.”

Jorge Luís da Conceição – 47 anos – Extrativista – Nova Vista



FOTO: LILIAN CAMPELO

“As comunidades tem uma representação direta junto aos órgãos públicos gestores do território. Inicialmente havia uma proposta de ter três associações gerenciando a área, mas chegamos a um consenso que seria melhor se unirem para fazer uma gestão comum com as associações locais através da Tapajoara... Sobre a garantia da terra, nós temos um contrato de Concessão Real de Uso coletivo de 50 anos. Não é um título definitivo, mas tem previsto sua renovação, dependendo da população e dos usos que vamos fazer dessa reserva, avaliando o que foi positivo e o que não foi. Só o fato de termos garantido esse território já foi uma grande vitória, pois impedimos o projeto que já estava planejado para ocupar com o agronegócio e a pecuária após a exploração da madeira. Agora nós temos um plano de uso sustentável dos recursos, elaborado com a participação dos próprios moradores, definindo, que não pode fazer tudo, mas que podemos manejar mantendo nossa sobrevivência”.

Leônidas Bentes, da comunidade de Suruacá, Rio Tapajós, 60 presidente da Tapajoara



FOTO: FÁBIO PENA

“A RESEX vem nos proporcionar uma qualidade de vida melhor, mas não é porque temos hoje a terra garantida que vamos nos acomodar, queremos mais, muito mais. Hoje em Muratuba já temos o ensino médio, embora em precárias condições. E pela primeira vez vi duas

reitorias de universidades públicas vindo aqui (na comunidade de Vila Franca) participar de um evento da RESEX, o que deixa a gente muito alegre, porque nossos jovens precisam de formação mais avançada”.

Rosinaldo Santos dos Anjos – 44 anos – Muratuba, que foi o 4o presidente da Tapajoara



FOTO: LILIAN CAMPELO

CULTURA NA RESEX

• Conhecimentos tradicionais

• Medicina tradicional

• Trabalho coletivo e organização social

• Religiosidade

• Festas tradicionais

• Alimentação

• O imaginário popular – lendas e encantados

• Artesanato



FOTO: LILIAN CAMPELO

A cultura da população que vive na RESEX Tapajós Arapiuns é bastante diversa, pois reúne tanto as comunidades de origem indígena que ali habitavam antes da colonização, quanto migrantes que ao longo do tempo foram chegando à reboque dos diversos ciclos econômicos vivenciados na região, como o caso dos nordestinos no ciclo da borracha. Essa mistura criou um mosaico de formas de viver, em relação ao meio ambiente, ao manejo dos recursos naturais, e à construção de diversas formas de representação cultural distintas de outros grupos sociais no país.

As 72 comunidades da RESEX podem ser consideradas como povos e comunidades tradicionais, sendo que algumas se definem como indígenas. Embora abarque também os indígenas, que possuem legislação própria, o conceito de povos e comunidades tradicionais é mais amplo, voltado para compreender, principalmente, populações vivendo em áreas rurais e florestas, como indígenas, caboclos, remanescentes de quilombos, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, pequenos agricultores.

Segundo o Decreto Federal Nº6.040 de 7 de fevereiro de 2000, “Povos e Comunidades Tradicionais (são): grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,

FOTO: FÁBIO PENA



Acima, crianças da comunidade de Anã aprende a tecer o paneiro, artesanato utilitário típico da região. Abaixo, dança “povo amazônida”, e ao lado, exposição de artesanatos na escola da mesma comunidade.

utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

É muito comum também os moradores da RESEX serem denominados apenas de ribeirinhos ou caboclos. O primeiro, pelo fato de viverem às margens dos rios Tapajós e Arapiuns, é mais aceito. Já o segundo, que seria a mistura do índio, com o negro e o branco, traz mais dificuldades de assimilação, pois carregaria sentidos históricos negativos que submeteriam as raízes antropológicas dessas comunidades à cultura de grupos dominantes. Há estudiosos que, pensando a Amazônia como um todo, ponderam e discutem que o termo caboclo “...pressupõe-se que os caboclos constituem um marco sintetizador da região e que suas formas de resistência constituiriam o referencial essencial de uma “identidade” geral amazônica”. (CASTRO, 2011, pág. 231).

Outro termo mais recente, que tem sido muito utilizado, é “povos da floresta”, que embora não seja unanimemente verbalizado pelos comunitários, traduz uma dimensão humana e agregadora do conjunto de comunidades que vivem na floresta Amazônica.

O que é importante compreender é que as comunidades da Resex têm formas próprias de viver a vida, que ao mesmo tempo estão ligadas às suas dimensões históricas, às relações com o meio ambiente, como também a processos associativos com elementos da vida social na atualidade, afinal, estas comunidades não estão isoladas do mundo. Entre os quais, alguns elementos podemos destacar:



FOTO: RAFAEL SERIQUE



FOTO: FÁBIO PENA



FOTO: LAU PONINEZIO



FOTO: FÁBIO PENA

Acima, casa típica herança da cultura indígena, abaixo, horta e plantas medicinais sempre encontradas no quintal das moradias.

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

São os saberes passados de geração a geração, perpassados oralmente e pela observação atenta dos “aprendizes”. Esta transmissão de saberes garante a reprodução dos modos de fazer as coisas materiais, como a arte de fazer tipiti, peneiras, canoas, o preparo dos alimentos, a caçar, a pescar, o andar na floresta. E também os saberes imateriais, que são as músicas, as histórias de antigamente, as lendas, as regras de convívio entre as pessoas e, sobretudo, o respeito com os seres que habitam as florestas e os rios.

Este vasto conhecimento transmitido e constantemente renovado constitui os saberes tradicionais dos que vivem nesta RESEX, sejam eles indígenas ou extrativistas, caboclos ou ribeirinhos. A importância e o valor destes conhecimentos são fundamentais para garantia do modo de vida de todos, como também para a manutenção da vida tanto dos humanos quanto de outros seres das florestas e dos rios. Isto porque, é por meio de tais saberes que se aprende e se realiza o manejo sustentável do meio natural.

MEDICINA TRADICIONAL

Uma das expressões do conhecimento tradicional das comunidades da RESEX está na utilização de diversas plantas, óleos e essências extraídas da floresta para a preparação de remédios caseiros para combater doenças. Ao mesmo tempo, encontram-se em muitas das comunidades pessoas que acumulam saberes importantes de cura. São os pajés, os puxadores, as parteiras e benzedores.

Estas pessoas são fundamentais porque mantêm conhecimentos passados e são fontes de sabedoria para as novas gerações. Acredita-se, que as pessoas ou herdaram o conhecimento ou foram “escolhidas” em determinado momento de suas vidas para exercerem tais saberes e práticas, comumente os pajés e algumas parteiras e benzedores. A cura pode ser de doença física do corpo, como mazelas gastrointestinais, febres, dores nos corpos, entre outras, mas também cura de males advindos de encontro seres encantados.

Alguns hábitos tradicionais estão diminuindo com o aumento de consumo de produtos da cidade e a diminuição de crenças antigas pelos mais jovens, mas ainda se pode ver nas comunidades a presença desses mestres da cura.

CASA E QUINTAL

A maioria das casas dos moradores da RESEX é de alvenaria, fator visto como positivo em função da chegada dos programas federais de habitação e, por outro lado, o modelo das construções é constantemente alvo de críticas por não estarem apropriadas ao clima da região. Porém, ainda se pode notar a manutenção de uma arquitetura harmoniosa das vilas e casas refletindo a cultura indígena na ocupação do espaço das vilas e na utilização de materiais da floresta para as construções. É comum, mesmo tendo a casa de alvenaria, o moradores construírem uma cozinha na parte de trás, feita de madeira e coberta de palha, que ameniza o calor, e onde passam a maior parte do tempo.

A construção de uma casa com estrutura de madeira e coberta de palha, embora cada vez mais rara de se ver, é quase sempre um ritual de trabalho coletivo. Conduzida por um mestre, a preparação da madeira, da palha e a cobertura se faz com a ajuda dos vizinhos.

Nos quintais das casas são cultivadas árvores frutíferas e hortaliças, além de um jardim, comumente encontrados na frente das moradias, onde as mulheres plantam flores, pimentas, plantas ornamentais que têm como intenção enfeitar as casas. Plantas medicinais também são cultivadas nos quintais, no ambiente próximo às residências, para que estejam sempre às vistas e à mão quando necessário.

TRABALHO COLETIVO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A organização social nas comunidades está muito relacionada a formas tradicionais e peculiares de trabalho coletivo, como o caso do puxirum (mutirão), que funciona para as atividades produtivas, como o preparo e plantio de roçados, assim como para trabalhos mobilizados pelos clubes de futebol, igrejas e conselhos comunitários, para manutenção de áreas comuns das comunidades, limpeza de igarapés de aberturas de caminhos.

Para trabalhos familiares, como preparação de roçados ou construção de casas, o puxirum funciona como uma troca solidária, em que a família convida as demais para ajudarem no seu trabalho, e em seguida deverá ajudar a outra família.



De origem indígena, o puxirum para a preparação de roçados é um acontecimento importante. À medida que o trabalho braçal começa, o dono do trabalho deve oferecer alimentos típicos, como a bebida chamada tarubá ou caxará, preparadas com mandioca fermentada que pode deixar a pessoa bêbada. Músicas típicas conhecidas por todos também podem ser cantadas e o trabalho vai ficando “animado”. O puxirum também é feito na preparação da farinha de mandioca, onde uma família ajuda a outra nessa atividade.

RELIGIOSIDADE

A maioria dos comunitários é católica, tendo na igreja além de manifestação de sua fé, a base também para se organizarem e realizarem comemorações. As comunidades mais antigas, que eram Vilas de Missões Religiosas, mantêm fortes tradições religiosas misturadas com costumes indígenas, e algumas comunidades mais novas, surgiram a partir da criação de uma igreja no entorno da qual se agregaram novos núcleos familiares.

Há também na Resex igrejas evangélicas, como da Assembléia de Deus e Igreja da Paz, com cultos aos domingos e participação em menor número dos comunitários. Há poucas comunidades que mantêm tradições religiosas ligadas à matriz africana, embora muitas das tradições de festas populares tenham manifestações culturais com raízes na cultura quilombola.

Nas comunidades mais antigas da RESEX encontram-se edificações históricas do passado colonial, como a igreja de Santo Inácio de Loyola (à esquerda) na Vila de Boim, e a Igreja de N. Sra. de Assunção de Vila Franca.



GAMBÁ DE PINHEL

Uma das festas que mantém até hoje sua identidade, é o Gamba de Pinhel, Município de Aveiro, em homenagem a São Benedito. A tradição mistura a devoção religiosa trazida pelos portugueses, com costumes indígenas.

O Gambá é celebrado nos últimos dias do mês de junho. O termo “Gambá” significa tanto a dança, quanto o ritmo, a festa e o principal instrumento usado na festividade – o tambor de tronco oco. Além dos tambores, as toadas do Gambá de Aveiro são acompanhadas por tocadores de caixa, reco-reco e ganzá.

Antes dos padres jesuítas fundarem, em 1722, a missão de São José dos Maitapus, o lugar já era habitado pelos indígenas. Os missionários reuniram ali, na mesma aldeia, diferentes povos, como os gurupá, os maué, e os maitapus. Foi nesse período de aldeamento, que se criaram os costumes da

festa de santo, com mastros, ladainhas, e folias, como ainda hoje se observa no lugar.

Os descendentes permaneceram no lugar após a expulsão dos Jesuítas, em 1757, cuidando e defendendo seu território. Os atuais moradores de Pinhel, contam com orgulho, que seus antepassados lutaram contra os portugueses, lembrando a história da cabanagem, que teve ali seus principais pólos de resistência.

As marcas dos combates, ainda estão bem visíveis nas trincheiras dos cabanos. Os moradores não esquecem suas origens indígenas, e assumem com orgulho essa identidade cultural. A festa de São Benedito e a dança do Gambá, é uma cultura que resiste ao tempo, não como folclore, mas como cultura viva de Pinhel.

Fonte: Video Gambá e Pinhel de Clodoaldo Correa.

FESTAS TRADICIONAIS

As principais festas nas comunidades estão ligadas à religião, principalmente, as festas dos santos padroeiros de cada localidade. Algumas são muito tradicionais e conhecidas em todo o município, principalmente, nas comunidades mais antigas, como Boim, Pinhel, Suruacá, Vila Franca e São Pedro.

Estas festas ocorrem na data do santo e podem durar algumas noites, com procissão, novenas, arraial, levantamento de mastro, queima de fogos e baile dançante.

Outro tipo de festa são as promovidas pelos clubes de futebol da região, realizadas normalmente nos finais de semana, que começam com competições de futebol concorrendo a prêmio diversos, terminando com bailes animados com bandas locais, e algumas festas maiores, com bandas contratadas da cidade de Santarém.

Nestas festas, é comum a tradição do “pagar visita”, em que um clube ou comunidade que recebeu a visita deve ir às próximas festas dos times visitantes. É um símbolo da integração entre as comunidades. Conforme estudo de Medeiros e Avisar,

“... é um ‘contrato’, um ‘compromisso’, uma ‘troca’ de amizades, de liberdades por agrupamentos sociais intercomunitários, na busca por interação sociocultural. Observamos que consiste um conjunto de ‘negócios’ onde circulam bens, ou os trechos de Miller (2013): o próprio jogo, alimentação, cerveja e refrigerantes, bandas musicais e modos de pensar e viver o mundo. O que para alguns ‘é uma troca de dinheiro’, para outros também ‘é uma diversão da juventude’. A partir das definições locais entendemos os torneios e o pagar visita como espaços de edificação das relações humanas. Notamos ainda, que esses pagamentos de visitas ocorrem num sistema de reciprocidade, de afetividades que envolvem a distinção social, a amizade (solidariedade) e a interação social”. (Medeiros; Avisar, 2014).

Há também eventos denominados de “Festivais” criados normalmente para chamar a atenção para algum produto que a comunidade pretende promover ou demonstrar a riqueza cultural do lugar, que segue também a lógica da organização coletiva, envolvendo torneios de futebol, apresentações folclóricas, e festas dançantes. É o exemplo do Festival da Matrinxã na comunidade de São José I, o Festival da Caratinga em Cametá, o Festival do Cajú de Muratuba, e o Festival da Farinha em São Miguel, entre outros.

Outra tradição nas comunidades são as festas juninas promovidas, principalmente, pelas escolas, com apresentações culturais diversas, venda de bebidas e comidas típicas, e apresentações de danças folclóricas. São comuns as apresentações de quadrilhas, grupos de carimbó e cordões de pássaro. Este último, um pouco esquecido, são próprios da cultura paraense. Trata-se de uma brincadeira teatral e musicada. Nelas, são encenadas histórias que tratam de diversos temas, de disputas familiares a narrativas amorosas, através de personagens como matutos, nobres, índios e a figura central de um pássaro, a quem todos protegem.

Festa do Gambá em Pinhel, Rio Tapajós



PAU DE MASTRO E DANÇA DOS PRETOS

Tradição antiga, o pau de mastro é uma simbologia ao mesmo tempo religiosa e profana, em que se prepara um mastro enfeitado com fitas, flores, frutas e outras diversas oferendas ao santo padroeiro.

Nas comunidades, normalmente ele é erguido no começo das festas religiosas, e derrubado ao final onde as pessoas podem pegar as oferendas. Em algumas localidades há competições entre homens e mulheres para ver quem consegue derru-

bar o mastro primeiro com machadadas.

Tanto o ritual de erguida, quanto a derrubada do mastro é acompanhada com músicas e ritmos tradicionais, entoadas pelos chamados foliões, que cantam e tocam tambores e reco-reco com ritmos de batuques que tem diversos nomes, como marambiré, quebra-macaxeira. Há também as apresentações da "dança dos pretos" na qual as pessoas se pitam de preto, segundo alguns, para demonstrem suas raízes afrodescendentes, pois a dança e os ritmos são de origem quilombola

Cordão do pássaro talha-mar da comunidade de Suruacá, Rio Tapajós.



FOTO: MARCELA BELTRÃO



FOTO: FÁBIO PENA



FOTO: BENEZILDO COSTA

Pau de mastro em homenagem a Santa Luzia, na Aldeia de Muratuba. Dança dos pretos de São Pedro, Rio Arapiuns, e Carimbó de Suruacá.



FOTO: MARCELA BELTRÃO

TARUBÁ - POR EDEMIR DA ENSEADA DO AMORIM

Ingredientes: mandioca, água, apussanga, açúcar

Preparo: rala a mandioca com dois dias e assa ela, faz um beiju e deixa esfriar.

Enche um paneiro de ambé (cipó) e vai para o igarapé molhar a massa da mandioca. Quando ela estiver mole, amassa e deixa escorrer o tucupi numa vasilha. Depois leva a massa num paneiro de volta para casa. Na casa faz um assoalho de madeira coberto com uma palha de curauá partida. Em cima dela coloca a massa.

Em seguida, prepara-se um tipo de polvilho, feito com folhas da apussanga velha (folhas velhas), que em alguns lugares chama-se curumim,

assada no forno para ficar só o pó. Em seguida vai coando o polvilho em cima da massa. Depois disso, coloca-se umas folhas de apussanga nova e põe em cima, cobrindo a massa. Pega-se outras palhas partidas e cobre a massa, colocando um peso em cima desta, em cada lado para que a palha não voe.

Deixar ficar três dias nessa cama. As nove da manhã tiram-se a palha de cima e já está tudo com uma baba branca. Tira o curumim da apussanga de cima, e coloca a massa em um balde ou pote.

Em seguida, mistura na água, a quantidade de água define se vai querer mais grossa ou mais fina. Se quiser menos azedo, põe açúcar. Ai é só beber!



Da raiz da mandioca, o morador da RESEX extra inúmeros derivados usados nas diversas receitas tradicionais da região.

MANGARATIBA - POR ZENILDA DE CARVALHO LOPES, 70 ANOS DA COMUNIDADE AMORIM

Ingredientes: abacaxi ou naná, mangarataia, água, açúcar, cachaça

Preparo: Lava-se, escova-se e corta-se o abacaxi ou naná e deixa de molho uma semana na água. Em seguida amassa com a mão ou bate no liquidificador, coa. Depois rala a mangarataia e mistura à massa do abacaxi, coa novamente, adoça e coloca cachaça.

FOTO: PALESTINA ISRAEL



ALIMENTAÇÃO

A alimentação nas comunidades tem íntima relação com a herança indígena, embora o maior acesso aos produtos industrializados venha ao longo do tempo modificando hábitos. O peixe, a carne de caça, e a farinha são os elementos principais do cardápio das comunidades. Mas de todos esses, o mais importante é mesmo a farinha de mandioca. Pode faltar tudo, menos a farinha.

Não é à toa que o processo de produção da farinha de mandioca está relacionado a vários aspectos da vida e da cultura das comunidades. A lenda da mandioca é um exemplo disso, mostrando a relação de serem encantados com a raiz que alimenta as comunidades. Desde a preparação do roçado para plantar a maniva, passando pela coleta da mandioca, até a produção da farinha e seus muitos derivados.

Da mandioca pode ser feito:

- A farinha: produzida com a massa da mandioca, depois de descascada, peneirada retirando os restos de fibras, e espremida para deixar a massa secar para torrar nos fornos à lenha, que cada família praticamente tem o seu. A farinha estará pronta para ser consumida.

- O tucupi: depois da mandioca descascada, é colocada no tipiti (artesanato de tala) e espremida para separar a massa do caldo, que é o tucupi. Ele serve para cozinhar outros alimentos, como o peixe, e para preparar o molho com pimenta, ou ser tomado no tacacá.

- A tapioca: depois de retirado o tucupi da massa da mandioca, é só deixar o caldo descansar numa panela, e depois de algum tempo, a tapioca estará separada lá no fundo. Ela pode ser usada na preparação de beijú (um tipo de biscoito), da tapiquinha ou usada na

fabricação da goma do tacacá.

- Tacacá: é um tipo de sopa feita com goma de tapioca, caldo de tucupi com pimenta, acrescida de jambú, uma erva que pode deixar a boca um pouco adormecida.

- Tarubá: bebida feita da massa da mandioca fermentada. É colocada dentro de folhas de bananeira, junto com algumas folhas de uma árvore que em alguns lugares chama-se curumim, em outros apussanga. Após alguns dias, a massa fica fermentada, e pode ser misturada com água e bebida em festas e eventos comunitários. O tarubá pode deixar a pessoa embriagada.

DIVERSIDADE DE EXPRESSÕES CULTURAIS DA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS



FOTO: PATRICIA KAILI

Acima, Carimbó da comunidade Pedra Branca. Abaixo à esquerda Boi Bumbá Carinhoso da comunidade Suruacá, à direita dança povo amazônico da comunidade Anã. No pé da página, torneios de clubes de futebol são tradição na Resex. Em 2014 aconteceu a Copa Floresta Ativa realizada pelo Projeto Saúde e Alegria e Tapajoara.



FOTO: FÁBIO PENA

Acima, ritmos tradicionais de caixas do Marabaixo, da Folia de Santa Luzia, da aldeia de Muratuba, rio Tapajós. Abaixo, o conhecimento tradicional tenta se manter vivo. Na comunidade Anã, através do Projeto Territórios de Aprendizagem, a escola traz os mestres para ensinar as crianças a importância da sua cultura.



FOTO: FÁBIO PENA



FOTO: RAFAEL SERIQUE



FOTO: RAFAEL SERIQUE



FOTO: ISRAEL PALESTINA



FOTO: FÁBIO PENA

LENDAS

As histórias de encontro com seres encantados: cobra grande, boto, sereia

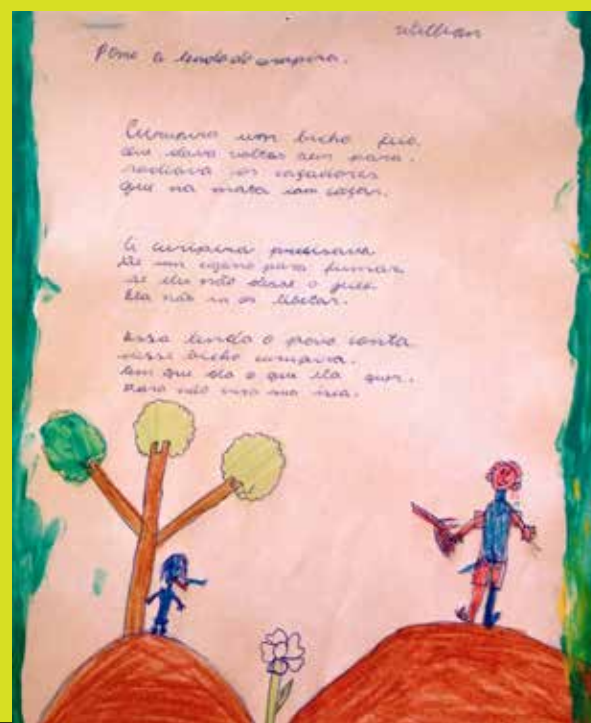
DONA ISABEL MARIA RODRIGUES FELIPE, NARROU A HISTÓRIA DE ORIGEM DO NOME AMORIM:

Tinha uma família na terra preta que tinha uma filha e quando chegou o tempo dela [menstruação] não podia olhar para bicho nenhum. Os pais pediram para ela ficar em casa. Mas ela ia para a praia e via muito peixe. Outra vez convidaram outras comunidades para fazer o puxirum [mutirão] para o roçado. À tarde teve tarubá. Quando era seis da tarde, começaram a fazer a dança da Sucuriju. Foi quando apareceu um jovem bonito em volta da casa e foi dançar com a moça. Na terceira

volta, todos os [familiares] se grudaram nele e até as criações. Foram todos levados para o rio. O nome desse moço era Amorim, por isso esse nome Amorim. Até hoje tem as marcas das pessoas que foram levadas, nas pedras. Dona Isabel explica que esse moço Amorim era um encantado que se agradou da menina. E mais, que Amorim é a cobra grande que até os dias de hoje aparece na frente de Amorim, perto de onde ficam umas pedras em frente à comunidade.



Lendas pesquisadas e contadas na escola da comunidade de Anã, como parte do Projeto Territórios de Aprendizagem que busca valorizar a cultura e os saberes locais no currículo escolar.



O IMAGINÁRIO POPULAR - LENDAS E ENCANTADOS

Como em toda a Amazônia, as comunidades da RESEX são povoadas por muitas histórias, mitos, lendas e seres encantados. Contadas de geração a geração, algumas se tornaram mais conhecidas ao longo do tempo, como a lenda da Cobra Grande, da Vitória Régia, do Uirapuru, do Boto e da Iara. Mas há também muitas outras lendas em cada uma das comunidades, que se misturam ao fenômeno das encantarias ou encantados. Em cada comunidade é comum ter um lugar sagrado em que todos respeitam ou acreditam ter um ser com poderes sobrenaturais.

“A cosmovisão dos moradores da Amazônia é centrada na existência de espíritos que são chamados de encantados, que vivem nos rios e nas florestas, ao lado ou muito próximo dos humanos... O sobrenatural convive normalmente com o mundo material, pois os dois formam, na perspectiva dos moradores, uma só realidade.” CARVALHO, Luciana. VAZ, Florêncio, 2013.

Todas essas histórias fazem parte da cultura imaterial dos comunitários. Não cabe qualquer julgamento ou explicação para tais eventos, narrados e vivenciados por alguns. Há sempre aqueles que não acreditam nestas histórias, mas que também não desrespeitam regras de um convívio muitas vezes imperceptível para olhares de pessoas de fora. Um exemplo disso é o respeito a alguns lugares, tidos como morada dos encantados, onde não se passa a qualquer hora do dia (muito menos de noite), não se passa fazendo barulho ou bagunça.

ARTESANATO

As comunidades da Resex também são ricas na produção artesanal, principalmente, os trançados de fibras de palha, como a retirada da palmeira do tucumazeiro, para tecer cestas, mandalas, chapéus, bolsas e muitos outros produtos utilitários e decorativos.

O tecer nessas comunidades vem da tradição indígena e foi se transformando ao longo do tempo, em um processo coletivo de criação a partir do recurso natural e de elaboração contínua da identidade da região. Embora hoje tenha sido incentivado à produção artesanal como forma de gerar renda, produzir uma cestaria não é considerado uma obrigação ou um trabalho deslocado das outras esferas da vida cotidiana. Trata-se de um ofício cultivado como experiência de entretenimento, criatividade, sociabilidade e atualização da vida comunitária.

Ao se falar do papel da mulher nesse contexto, “tecer, (é) uma forma de descanso da lida na roça ou não tendo o trabalho na roça é que se pode tecer. Tecer palha é um encontro da tecedeira consigo mesmo e sua própria criação. É estar na roda de algum terreiro da casa de amiga. O aprendizado da prática do teçume em palha de tucumã é desenvolvido dentro da família...” Medeiros, 2013



FOTO: VLADIGLESIAS



FOTO: SÉRGIO AMARAL

HINO DA RESEX

Cantor e compositor: Célio Aldo Sousa Costa

Somos um povo que trabalha na verdade.
 Buscando sempre o direito de viver.
 A nossa luta já mostrou pra sociedade.
 Que estando unidos sempre a gente irá vencer.
 Já não tememos mais o nosso inimigo.
 Mais sempre vamos mostrar que temos valor.
 Onde preciso for, iremos sem temor.
 Defender sempre o povo trabalhador. (bis)
 Extrativista do Arapiuns, nossa união desfaz o privilégio de alguns
 Extrativistas do Tapajós, nossa união garante o direito de todos nós (bis)
 Nós já não somos mais um povo isolado.
 Que nunca pode apresentar o seu perfil.
 Nossa organização refaz o nosso passado.
 Fortalecendo um povo humilde e tão gentil.
 Nossa bandeira tem a cor da natureza.
 Que é tão bonita, quando tudo lhe faz bem.
 O nosso coração enche de emoção.
 Pois somos parte de Aveiro e Santarém (Bis)
 Extrativista do Arapiuns, nossa união desfaz o privilégio de alguns
 Extrativistas do Tapajós, nossa união garante o direito de todos nós (bis)
 A nossa terra grande e cheia de riqueza
 Foi conquistada com amor pra todos nós.
 Porém devemos conservar a sua beleza, povo irmão do Arapiuns e Tapajós.
 Por isso eu venho agradecer ao Deus a vida que está sempre ao lado do trabalhador. Pedir que ele, então, estenda sua mão e proteja sempre com o seu amor. (bis)
 Extrativista do Arapiuns, nossa união desfaz o privilégio de alguns
 Extrativistas do Tapajós, nossa união garante o direito de todos nós (bis)

Acima, grupo de artesãs da comunidade São Miguel, rio Arapiuns. Abaixo, artesanato típico da RESEX.

HINO DO ARAPIUNS: MEU ARAPIUNS

Cantor e compositor: Célio Aldo Sousa Costa

Meu Arapiuns, tão lindo esquecido	Ah... que lindo é cantar teus encantos mil
Teu povo sofrido vem hoje cantar	Tu és um pedaço do nosso Brasil
As tuas belezas que encantam a todos	Lindo paraíso que a Amazônia tem
Teus filhos garantem que vão preservar	Orgulho da nossa grande Santarém.
Tuas lindas praias e as verdes matas	Teus filhos nativos, valentes guerreiros
São coisas que ainda encantam meu povo	Que lutam pra ver a vida melhorar
Águas cristalinas vêm das cachoeiras	Ver nesta reserva dar o fruto da luta
Quem veio uma vez vem pra ver de novo.	Que garante a todos onde trabalhar
REF: Ah..., meu Arapiuns, Maró, Aruã	Sou um extrativista que esquece a tristeza
Teus filhos defendem o teu amanhã	Ao ver a beleza de nosso lugar,
Não cuidar de ti reflete pra nós	Junto com o meu povo, amo a natureza
Momentos difíceis do Rio Tapajós.	E não quero ver ela se acabar.

PUXIRUM DA FARINHA

Letra e música: Juvenal Imbiriba

Vamos fazer farinha vizinha
Vamos fazer farinhada
Para fazer farinha
Tem que ter mandioca nágua
Para fazer farinha vai até de madrugada (bis)
Fazer farinha não é fácil trabalhar
Tirar mandioca pra poder se descascar
Prepara a maça pra se poder torrar
Antes tira a tapioca pra fazer o tacacá
Pra quem não sabe chega aqui venha aprender
Fazer farinha é como eu vou dizer
Ainda se espreme na base do titipi
Pra tirar o saboroso, que é o nosso tucupi





CAPÍTULO 5

INICIATIVAS PROMISSORAS E NOVOS DESAFIOS

- Programa de assistência técnica e extensão rural - ATER
- Programa Floresta Ativa
- Ecoturismo comunitário
- Artesanato da floresta
- Turiarte

FOTO: FÁBIO PENA

A RESEX Tapajós-Arapiuns tem pela frente grandes desafios, entre os quais está o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis que melhorem as condições de vida dos moradores.

Embora alguns esforços tenham sido feitos nesse sentido, este continua sendo um grande desafio, que também é comum a muitas outras Unidades de Conservação existentes no país. Após a conquista do ordenamento territorial, tem que se garantir o desenvolvimento socioeconômico dos moradores. Isso tem que ser feito dentro das regras permitidas e dos planos de uso aprovados por todos, para realizar o manejo dos recursos existentes de forma economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Um passo importante foi a aprovação de seu Plano de Manejo em 2014, que garante regras claras e amplia as possibilidades de manejo dos recursos naturais pelas próprias comunidades. Uma das possibilidades que vem sendo estudadas, é o manejo florestal comunitário, a exemplo do que já acontece na FLONA Tapajós, onde os comunitários criaram uma cooperativa que faz a gestão da exploração madeireira por meio de um Plano de Manejo que garante a regeneração da floresta e distribui renda para os comunitários cooperados. Mas ainda há um longo caminho para amadurecer a proposta dentro da RESEX.

Outras alternativas são a prestação de serviços ambientais e o melhor aproveitamento do extrativismo propriamente dito. O potencial da RESEX é grande em produtos da floresta, como óleos, essências, sementes, que hoje são comercializados em pequena escala e para atravessadores, poderiam ter cadeias produtivas mais organizadas gerando mais benefícios econômicos às comunidades.

Ainda hoje a principal atividade produtiva é baseada na agricultura familiar, principalmente a produção de farinha de mandioca. Utiliza-se ainda o sistema rudimentar de corte e queima, onde o agricultor familiar vive um constante ciclo de derrubar a mata para o plantio de pequenas monoculturas (principalmente a mandioca), cujos roçados se tornam improdutivos em pouco mais de dois anos, e são abandonados para reabertura de outros, sem necessariamente obter melhorias significativas na renda ou oferta de alimentos.

Com a demarcação de limites definitivos para o assentamento familiar nas Unidades de Conservação e o crescimento demográfico, a manutenção do sistema de “corte e queima” pode se tornar no médio longo prazo uma ameaça para a integridade das UCs, já que o produtor precisa abrir áreas cada vez maiores de plantio sobre as matas primárias.

A visão no entanto, não deve ser a busca pela substituição da produção de farinha, pois ela não é apenas fonte de renda, é também parte da cultura tradicional das comunidades. Deve-se buscar o consorciamento do sistema produtivo, introduzindo novas técnicas, como a agrofloresta e a agroecologia, e oferecer assistência técnica para que as comunidades possam experimentar novas fontes de renda.

Diante desse contexto um conjunto de atores e parceiros vem se organizando para contribuir com este desafio da RESEX. Mais recentemente, estas são as principais iniciativas que vem ocorrendo:



FOTO: FÁBIO PENA



Acima, extrativista preparando a seringueira para extrair o látex. Abaixo, barco da Tapajóara, organização representativa da RESEX

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER:

A Assistência Técnica é uma demanda antiga dos extrativistas, que se mobilizaram e buscaram o serviço junto ao Governo Federal. Em Agosto de 2011, esta foi a principal reivindicação na primeira edição do encontro denominado “Chamado dos Povos da Floresta”, organizado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (anteriormente Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS) entidade que representa, politicamente o movimento social dos extrativistas do Brasil. O CNS foi criado em 1985 e é resultado da articulação política do líder seringueiro Chico Mendes.

No encontro, foram firmados acordos que resultaram na criação de um Grupo de Trabalho Interministerial do Governo Federal para a elaboração do Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo. Este grupo produziu um grande esforço que resultou na integração das ações do Plano Brasil sem Miséria, dos programas Bolsa Verde e Assentamentos Verdes, e finalmente o programa de Assistência Técnica para as populações extrativistas. Em Janeiro de 2013 o Incra lançou a chamada pública no valor de R\$132,5 milhões para seleção de entidades de assistência técnica no Acre, Amazônia e parte do Pará, beneficiando 26.597 famílias em Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) em situação de vulnerabilidade social.

Assim, na RESEX Tapajós-Arapiuns, 4 entidades que apresentaram propostas ao edital e tiveram seus projetos aprovados, começaram a desenvolver a assistência técnica nas comunidades. A RESEX Tapajós Arapiuns foi organizada em cinco lotes, sendo que em dois deles (abrangendo 26 comunidades e 1254 famílias, de Vila Franca a Surucuí) os trabalhos são conduzidos pelo Projeto Saúde Alegria. Nas demais comunidades o serviço vem sendo ofertado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM (no alto Tapajós), o Centro de Apoio a Projetos e Ação Comunitária - CEAPAC (no baixo e médio Arapiuns) e a Cooperativa de Ideias Ambientais e Tecnologias Sociais - ECOIDEIA (no alto Arapiuns e Maró).

Este trabalho visa proporcionar uma assistência técnica que alia conhecimento técnico e científico aos saberes tradicionais dos povos das florestas, um aspecto diferencial dos outros modelos de assistência técnica, que incorpora o desenvolvimento territorial para estas populações que vivem de forma sustentável na Amazônia. É a primeira vez que o Governo Federal destina recursos de assistência técnica específica para a realidade dos extrativistas.

As comunidades estão recebendo capacitação, por meio de oficinas, seminários, visitas às áreas de produção familiar, para orientar os beneficiários sobre o melhor aproveitamento do potencial produtivo da RESEX. O serviço busca fortalecer a produção, a gestão e a comercialização de produtos da agricultura familiar e do extrativismo, com o uso racional dos recursos naturais, visando a melhoria da renda e a inclusão social da população.

Criança da comunidade de Carão



FOTO: TATIANA CAVAÇANA



FOTO: CAETANO SCANNAVINO



FOTO: TATIANA CAVACANA

PROGRAMA FLORESTA ATIVA

O Programa Floresta Ativa é fruto de uma parceria liderada pelo Projeto Saúde & Alegria (PSA), em parceria com o Instituto Chico Mendes (ICMBio), e a Organização das Associações das Comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – TAPAJOARA com apoio de diversos parceiros financiadores e de cooperação técnica.

Diante dos desafios expostos anteriormente, o objetivo do programa é incentivar e melhorar a geração de renda e o desenvolvimento sustentável dos moradores, com o maior aproveitamento econômico dos produtos do extrativismo, o fortalecimento da agricultura familiar e a obtenção de benefícios com a prestação de serviços ambientais, como a proteção da natureza ou a reposição florestal e plantio de árvores em áreas desmatadas.

Para isso, vem capacitando os moradores, por meio do serviço de ATER e diversos outros cursos, em técnicas e sistemas produtivos mais modernos e eficientes, que ao mesmo tempo preserve a floresta existente, garanta a segurança alimentar das comunidades e melhore as condições econômicas e de vida dos comunitários.

Para alcançar os objetivos, além do serviço de ATER, o Floresta Ativa desenvolve diversas atividades, entre as quais se destacam:

- O Centro Experimental Floresta Ativa - CEFA

O CEFA está localizado na comunidade de Carão, próxima da confluência entre os rios Tapajós e Arapiuns, uma área escolhida em comum acordo pelos moradores, técnicos e ICMBio, a partir de estudos, mapeamentos e identificação dos pontos críticos para recuperação ambiental e de fácil acesso dos moradores de ambas bacias, assim como visitantes externos.

É um conjunto de instalações que vem sendo construído de forma modular, desde o início de 2014, contando com uma estrutura básica, com barracão, banheiros e dormitórios para receber os comunitários em cursos. Ao mesmo tempo que são feitas as capacitações, vão sendo experimentadas e instaladas unidades demonstrativas de tecnologias produtivas, sociais e ambientais integradas.

O CEFA dispõe de um viveiro central (sementeiras, mudas e estocagem); um bosque agroflorestal; uma floresta de alimentos com diversas espécies frutíferas nativas; sistemas de hortaliças orgânicas, apicultura (criação de abelhas), piscicultura (criação de peixes) e avicultura (aves), entre outras experiências. Todas estas atividades estarão integradas num sistema orgânico, seguindo o exemplo da natureza, onde tudo interage e uma coisa beneficia a outra, e que apesar de bem variado, compõe um único sistema produtivo. Estes são os princípios da agroecologia e da permacultura, pelos quais a experiência se baseia.

A proposta é que o CEFA se torne uma referência prática e educativa para realização de treinamentos, seminários, oficinas, possibilitando vivências práticas nas instalações demonstrativas implantadas, não só para moradores da RESEX, mas também de outras regiões.

A administração do CEFA é feita por um comitê público-privado, entre as instituições

Ao lado, acima, viveiro florestal do Programa Floresta Ativa na comunidade Solimões. Abaixo, Oficina de capacitação dos comunitários da RESEX no CEFA



Acima, oficina de capacitação em bioarquitetura e agroecologia. Oficina de produção de mel com abelhas nativas. Abaixo, viveiro de mudas florestais do Floresta Ativa na comunidade Surucuá. No pé da página viveiro de mudas frutíferas e florestais no CEFA.



envolvidas, capitaneadas pela Associação TAPAJOARA (concessionária da área), o ICMBio (responsável público da RESEX) e o Projeto Saúde e Alegria (PSA) e demais parceiros técnicos.

- Viveiros Florestais Comunitários

O projeto está incentivando uma experiência iniciada em 2004 com criação da APRUS-PEBRAS, uma associação que a partir da implantação de viveiros comunitários envolveu mais de 330 famílias da RESEX para plantios agroflorestais com espécies de árvores nativas frutíferas e florestais em suas áreas de roçados. Até 2014, cerca de 200 hectares de novos plantios foram estabelecidos em 46 comunidades.

A proposta de incentivar práticas agroflorestais, visa combinar espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas de forma simultânea. As plantas frutíferas podem aumentar a oferta de alimentos nas comunidades, e as espécies florestais ajudam na recuperação das áreas que foram desmatadas para roçados ou outras atividades. Além disso, podem gerar futuramente um benefício econômico com o manejo de espécies florestais com potencial de mercado, ou com o aprimoramento de mecanismos de controle público, podem servir como um tipo de Serviço Ambiental que compense as comunidades pela manutenção da floresta em pé.

Neste sentido, o Programa está dando mais apoio técnico e expandindo a experiência para mais comunidades. Com uma rede de 5 viveiros para a produção de mudas espalhados em diversos polos da RESEX, o projeto mobiliza, cadastra e apóia o plantio nas áreas dos produtores comunitários.

- Comercialização: apoio às cadeias produtivas sustentáveis

O Programa vem orientando suas atividades de acordo com estudos técnicos do potencial produtivo existente nas comunidades, das maiores necessidades do mercado, e das práticas de produção de matéria-prima e beneficiamento mais adequadas para as eventuais empresas compradoras. Capacita e apóia as associações locais na comercialização, planos de negócios, cooperativismo, administração e gestão financeira.

Além da venda dos produtos pelos agricultores, busca inserir as comunidades no mercado de venda de mudas e sementes selecionadas para região, com possibilidade de certificação e registro dos viveiros pelo Ministério da Agricultura. Diante das perspectivas de comercialização em maior escala no médio prazo, será constituída uma Cooperativa Agroextrativista de Produção e Empreendimentos da RESEX.

Além disso, apóia e incentiva o ecoturismo comunitário e produção de artesanatos já iniciados na RESEX.

- Assessoria às Organizações Comunitárias

Atua para fortalecer as representações comunitárias, tanto as associações locais, quanto as intercomunitárias, a exemplo da TAPAJOARA. Apóia a realização de reuniões e seminários e assessora as lideranças comunitárias por meio de oficinas de mapeamento



FOTO: DAVIDE POMPERMAIER



FOTO: DAVIDE POMPERMAIER



FOTO: DAVIDE POMPERMAIER



FOTO: SÉRGIO AMARAL

participativo e publicações de estudos, cartilhas, mapas que servem como instrumentos para ajudar na gestão de suas áreas, dos recursos naturais, e do desenvolvimento local e territorial, a exemplo da série de cartilhas “Prazer em Conhecer”. Contribui ainda com as articulações comunitárias com projetos e políticas públicas.

- Cidadania e Desenvolvimento Social

O Programa não visa apenas a parte produtiva e econômica, mas envolve também a continuidade dos trabalhos para promover a inclusão social das comunidades, buscando sempre a melhoria das condições de saúde, educação, acesso à comunicação, formação e oportunidades para a juventude e valorização da cultura tradicional. O programa também promoverá a educação comunitária, apoiando os talentos e capacidades individuais e coletivas, favorecendo a ampla participação e mobilização dos moradores na conquista de sua cidadania e qualidade de vida no território em que vive.

Enquanto algumas iniciativas na RESEX estão ainda no seu início, algumas experiências demonstrativas já apontam novos caminhos para a geração de renda.

ECOTURISMO COMUNITÁRIO

Como aproveitar o potencial de recursos naturais e também a cultura da comunidade para gerar renda? Este é o desafio de algumas iniciativas que estão acontecendo na RESEX, algumas delas conduzidas pelas próprias comunidades, outras com apoio de organizações não-governamentais que atuam na região. É o caso da comunidade de Anã, no Rio Arapiuns, que junto com outras 07 comunidades do rio Arapiuns, vem participando de um programa de geração de renda por meio do Ecoturismo Comunitário e da produção de artesanato.

Receber visitantes já fazia parte da rotina do PSA, desde o início de suas atividades. Desde 2002 o PSA começou a desenvolver ações de turismo de base comunitária na perspectiva de torná-las uma alternativa sustentável para a geração de renda das comunidades. A partir de 2008 estas ações preliminares se desdobraram em um programa demonstrativo, com foco prioritário em 04 comunidades, que se concretizou em um roteiro de barco de 05 cinco dias, comercializado regularmente desde julho de 2010.

Percebeu-se então o enorme potencial desta atividade, não apenas para melhoria da renda, como também para manter a floresta em pé, atrair a participação de jovens e mulheres, alavancar a venda de produtos da sociobiodiversidade (artesanato, mel...), promover o resgate da cultura e dos saberes tradicionais, entre outros benefícios.

Iniciou-se então uma nova estratégia de expansão do programa, um circuito de visitação apoiado em pequenas estruturas receptivas comunitárias. Entre 2011 e 2013, foram implantadas duas pousadas comunitárias, uma em Atodi (Projeto de Assentamento Extrativista Lago Grande), e a outra em Anã (RESEX Tapajós-Arapiuns). Em paralelo, deu-se continuidade às ações de mobilização, organização e capacitação.

Em 2014 o programa recebeu quase 400 visitantes, gerando um faturamento de

Turistas na pousada comunitária na Vila de Anã, rio Arapiuns.



FOTO: ARQUIVO PSA



FOTO: SÉRGIO AMARAL

Acima, artesanatos comercializados pela Cooperativa TURIARTE, abaixo, criação de peixe na Vila de Anã.

mais de R\$ 300.000,00 e uma renda direta para as comunidades envolvidas de quase R\$ 70.000,00, dos quais R\$ 40.000,00 só para comunidade de Anã.

ARTESANATO DA FLORESTA

Desde meados dos anos 90 o PSA vem desenvolvendo uma iniciativa de regate da produção artesanal de cestaria em palha de tucumã no rio Arapiuns, como fonte de renda complementar para as famílias ribeirinhas. A partir de um grupo de mais de 30 artesãs da comunidade de Urucureá começou o processo de regate das técnicas de tingimento com pigmentos naturais, o desenvolvimento de novas linhas de produtos, adequadas a demanda do mercado, o manejo sustentável da matéria-prima, a organização da produção em grupo.

A partir de 2008, com apoio de vários parceiros e designers, a experiência começou a ser expandida para outras comunidades da região, diversificando também os produtos.

Atualmente participam do programa de Artesanato da Floresta mais de 100 artesãs de 6 polos comunitários. Os produtos são comercializados com a marca coletiva “Tramas e Cores – Artesanato da Amazônia”. O catálogo, com mais de 60 produtos diferentes, vendeu em 2014 mais de R\$ 80.000,00.

TURIARTE

Para adequar as iniciativas aos desafios do mercado e assim permitir sua consolidação e crescimento, foi fundada em 01 de maio de 2015, a TURIARTE - Cooperativa de Ecoturismo e Artesanato da Floresta, com mais de 70 sócios-fundadores de 07 comunidades (duas delas da Resex - Anã e São Miguel), sendo 54 mulheres.

A TURIARTE assume o desafio de gerir o circuito turístico local (até então feito pelo Projeto Saúde e Alegria), oferecer serviços receptivos, criar, organizar, promover, comercializar e executar viagens na região, comercializar artesanato da floresta e outros produtos agregados ao turismo.

A renda gerada pelas duas atividades, além de remunerar individualmente as pessoas diretamente envolvidas nas atividades, alimenta um fundo social que é periodicamente repassado para as associações comunitárias. Outro resultado direto do turismo, bem evidente em Anã, é o incentivo a produção de alimentos que são consumidos na pousada comunitária (peixes, galinhas, ovos, farinha, fruta e hortaliças).

DESAFIOS

Além destas experiências em andamento, há pela frente um longo caminho para a consolidação da Reserva Extrativista como modelo de desenvolvimento sustentável.

Sua criação se alinha aos avanços institucionais do país na questão socioambiental.

No entanto, representa também um grande desafio. Foi garantido o território nas mãos das comunidades tradicionais, que passaram também a ter maior acesso às políticas públicas, mas no campo do manejo sustentável, ainda encontra-se pouco desenvolvida. De certa forma, repercutindo o atual quadro social e econômico da Amazônia e seus sistemas de uso da terra. Exemplo disso é a prática do corte e queima para a produção irrisória e com baixo preço da farinha de mandioca, enquanto os potenciais do extrativismo ainda são pouco aproveitados e carecem de mais incentivos à sua produção e comercialização.



FOTO: TATIANA CAVAÇANA

Plantando hoje o futuro da RESEX.

Criar as unidades de conservação, sem promover uma economia sustentável nas áreas ocupadas pelos extrativistas, pelos agricultores familiares, é deixar que essas áreas continuem sofrendo pressão. Se a condição da renda das comunidades continuar dependente de programas federais de transferência de renda, se as oportunidades de trabalho continuarem centralizadas na cidade, se sua produção continuar desvalorizada pelo mercado, e a oferta de serviços públicos não melhorar, será cada vez mais difícil manter a população na área. A grande massa de jovens que migra para a cidade, a princípio em busca de estudos e oportunidades de trabalho, e não retorna às suas comunidades, é um exemplo disso.

Se for mantida uma situação de pobreza prolongada em que essas mudanças venham muito lentas, a própria ideia, a validade da Reserva Extrativista poderá vir a ser questionada por oportunistas, e as próprias comunidades abrirem mão dessa modalidade, o que seria um retrocesso, pois o balanço que se pode fazer é que embora com esses desafios, a Reserva é um potencial em si.

Por isso, a RESEX Tapajós-Arapiuns vive um momento importante. Com a aprovação de seu Plano de Manejo ao final de 2014, os principais desafios e demandas foram elencados, a partir dos seguintes eixos:

1) Problemáticas Socioambientais

- Realizar a gestão sustentável da pesca.
- Mediar conflitos de territorialidade entre grupos indígenas e comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns.
- Mediar conflitos relativos à criação de gado na RESEX Tapajós-Arapiuns.

2) Sustentabilidade Ambiental

- Evitar a abertura de roçados em áreas de floresta nativa.
- Promover capacitação e apoio ao manejo do solo para uma agricultura sustentável.
- Recuperar áreas degradadas (Serviços Ambientais).

SERVIÇOS AMBIENTAIS

Um dos potenciais da Resex é a Prestação de Serviços Ambientais, que são processos gerados pela própria natureza através dos ecossistemas, com a finalidade de sustentar a vida na Terra. Os serviços ambientais são responsáveis pela manutenção da biodiversidade, o que permite a geração de produtos como a madeira, fibra, peixes, remédios, sementes, combustíveis naturais etc, que são consumidos pelo homem.

Os ecossistemas são importantíssimos para a vida humana, pois desempenham funções como a purificação da água e do ar, amenizam os fenômenos violentos do clima, promovem a decomposição do lixo, a geração de solos férteis, o controle de erosões, a reprodução da vegetação pela polinização e pela dispersão de sementes, o controle de pragas, o sequestro de carbono por meio do crescimento da vegetação, entre outros serviços ambientais.

A preservação dos ecossistemas e, consequentemente, dos serviços ambientais por eles prestados nem sempre é um caminho economicamente atrativo à primeira vista. Em curto prazo, outras atividades são mais lucrativas: criação de gado e produção de grãos, por exemplo. Tais atividades exigem a derrubada de vegetação de grandes áreas, o que interrompe a geração dos serviços ambientais prestados pela mata que pre-

cisaria ser derrubada. No entanto, se pensarmos nos custos para recuperar uma área degradada, despoluir um rio, ou recuperar a perda de uma produção causada por incêndios florestais, vale mais a pena investir na manutenção dos serviços ambientais que a natureza presta.

Por isso, o grande desafio que estamos enfrentando atualmente é criar estratégias para a valoração de serviços ambientais, principalmente aqueles que são prestados por populações que vivem na floresta (tais como comunidades tradicionais, populações indígenas e pequenos produtores rurais) como, por exemplo, a manutenção da floresta em pé ou o desmatamento evitado.

A compensação dos esforços destas populações e comunidades na manutenção dos serviços ambientais e da floresta em pé, poderia levar a uma mudança significativa no modelo de desenvolvimento atualmente implementado na região Amazônica em busca de alternativas produtivas mais sustentáveis e que também gerem renda. No caso da Resex, há necessidade de que as próprias comunidades tenham ampliado o acesso a informações sobre o assunto, para que tirem melhor proveito dessas experiências, aprendam com os erros de quem já vem realizando, e avancem na consolidação de um território com vocação para a sustentabilidade.

Saiba mais em:

<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/0-que-sao-Servicos-Ambientais-possivel-compensar-economicamente-a-prestacao-destes-servicos-/40/30>





FOTO: PEDRO JORGE

3) Fortalecimento da Cadeia Produita Agroextrativista

- Fortalecer a organização social para a produção e acesso a políticas públicas para o manejo florestal e produção agroextrativista.
- Apoiar a implementação do manejo florestal comunitário que beneficie as comunidades da RESEX.
- Implementar a ATER agroextrativista com foco na melhoria da qualidade da produção, beneficiamento, agregação de valor e acesso a mercados.

4) Parcerias

- Fortalecer parcerias, cooperações com as organizações comunitárias, instituições de pesquisa e extensão.
- Criar estrutura técnica e operacional dentro da Resex, contribuindo para melhorar a gestão da Reserva incluindo as condições necessárias para fiscalização (Controle, Monitoramento e Vigilância).
- Fortalecer parcerias existentes e envolver novos parceiros para executar projetos de melhoria da qualidade de vida (saúde, educação, comunicação, saneamento, transporte, energia, cultura, lazer, etc) junto as comunidades da UC.

“Nós estamos nos organizando para criar uma alternativa de renda na comunidade. Estamos trabalhando com a criação de peixes, produção de mel de abelhas, e o receptivo de turistas que vem visitar nossas belezas naturais, esse rio maravilhoso que nós temos”,

Dona Odila Godinho, coordenadora do Grupo de Mulheres Sonhadores em Ação - MUSA, comunidade de Anã



FOTO: LILIAN CAMPELO



FOTO FÁBIO PENA

“A RESEX foi uma das maiores vitórias em termos da reforma agrária e proteção florestal na nossa região... Se a gente não tivesse conquistado essa reserva em 1998 com certeza já seria um campo de soja, ou outros empreendimentos do agronegócio, mas jamais estaria somente nas mãos do povo tradicional. O que precisa agora é que os governos implementem políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida e garantir a sustentabilidade do povo que está aqui”.

Ivete Bastos, vereadora e ex-presidente do STTR de Santarém



FOTO LILIAN CAMPELO

“A RESEX é vida. É aqui que está o futuro. Se fossemos pensar em outras regiões como São Paulo, lá tá faltando água, nós ainda temos água e alimentos em abundância... Aqui você tem a praia, vê que o céu é muito lindo, você consegue sentir o luar. Quando eu comecei a pensar que eu só teria isso aqui, tive o desejo de mudar meu futuro e buscar melhorar minha situação financeira, sem perder o que tem de bom aqui. Eu vou voltar pra comunidade tendo ou não oportunidade, porque eu sou capaz de criar dentro da RESEX alternativas que possam me dar sustento, um futuro melhor pra minha mãe, pro meu filho, pra mim”.

Ana Daine Lopes Costa, 20 anos, da comunidade de Maripá, estudante de biologia na UFOPA

“O meu compromisso como acadêmica da UFOPA é mostrar para o mundo a nossa diversidade cultural e biológica. Minha visão em relação ao meio ambiente, é que precisamos evoluir de modo que a gente possa conciliar o desenvolvimento com a preservação do nosso ambiente e nossa identidade”.

Luciana Edilena Santos Guimarães – 20 anos – Acadêmica da UFOPA – Vila Franca



FOTO TANGO BILILICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. IN Mana, vol.12 Nº.1 Rio de Janeiro Abr. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>, consultado em 14/05/2015

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **In: Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA/ NAEA, 1997. p 221- 242.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **Entre o Mito e a Fronteira**. Belém, Labor Editorial, 2011

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 13, p.147-163, 1999.

CARVALO, Luciana. ALMEIDA VAZ, Florêncio. **Isso tudo é encantado**. Santarém: UFOPA, 2013.

CARVAJAL, Gaspar. **Descobrimento do rio de Orellana**. Tradução de C. de Mello-Leitão. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

COSTA, S. M. G.; VIEIRA, J.C.; LIMA, M.V. C.; MILEO, B. P. **Territorialização e Identidade no Baixo Tapajós, no Estado do Pará**. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**. Universidade da UFMA - São Luis do Maranhão, 2013.

EXPEDIÇÃO RIOS VOADORES. **Rios voadores**. Em: <<http://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores/>>. Acesso em 16 de junho de 2015.

Festival de Video FIT; Clodoaldo Correa. **Gambá de Pinhel**. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=bhfiBRe7_LQ>. Acesso em 15 de junho de 2015.

IPAM. **ABC do Clima**. Em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/O-que-sao-Servicos-Ambientais-possivel-compensar-economicamente-a-prestacao-destes-servicos-/40/30>>. Acesso em: 13/07/2015.

IORIS, Edviges Marta. **Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia**. ILHA, volume 11, N. 2, 2010.

HENRIQUES, G. C. C. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP): Um Retrato Social e produtivo da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns**. Santarém: Projeto Saúde e Alegria- PSA; Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária - CEAPAC; Ecooideia - Ideias ambientais e tecnologias sociais; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia- IPAM, 2014. 109 p.

MASSAN, Roberto. **A Cabanagem** – (Grão-Pará, 1835-1840). Em: <<http://www.brasilcultura.com.br/historia/a-cabanagem-grao-para-1835-1840/>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

MAHALEM, L. L. **Rios Vermelhos: Perspectivas e posição de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835**. São Paulo: Programa de Pós de Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, 2008.

MEDEIROS, Thais; AVISAR, Ligia. **A prática do pagar visita em localidades da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, Santarém Pará**. Revista Perspectova Amazônica, Ano 5, N 9, P. 10-22. FIT. Santarém, 2014.

MEDEIROS, Thais. **Artesanias em Palha de Tucumã e Memória: Tecendo Territorialidade e Relações Socioculturais**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGS/ UFAM). Manaus, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Plano de Manejo da Resex Tapajós Arapiuns**. Santarém: 2012 (no prelo).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Plano de Manejo da Resex Tapajós Arapiuns**. Santarém: 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <www.ma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>. Acesso em 12 fev. 2015.

Museu Paraense Emilio Goeldi. **O que é biodiversidade**. Em: <http://mar.teamuseum-goeldi.br/marcioayres/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=10>. Acesso em 17 de julho de 2015.

NOBRE, Carlos. **Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil**. São Paulo: INPE, CEPED-MCT, 2011.

PENA, Fábio. **Oportunidades para comunidades tradicionais da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns no contexto das mudanças climáticas globais: Uma reportagem especial para impresso**. UFOPA, 2013.

PEIXOTO, K. P. F.; PEIXOTO, R. **A Luta Territorial dos Indígenas da Terra Maró**. Somanlu, n. 2, 2012, 23 p.

PEIXOTO, R. C.; ARENZ, K.; FIGUEIREDO, K. **O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito**. Cadernos NAEA. Belém, v. 15, p. 279-313, 2012.

Projeto Saúde e Alegria. **Coleção Prazer em Conhecer: comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**. CEAPS, 2014.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

EXPEDIENTE

Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental - CEAPS - PROJETO SAÚDE E ALEGRIA - PSA

Coordenação Geral
Caetano Scannavino Filho
Eugênio Scannavino Netto

Coordenação de desenvolvimento Territorial
Programa Floresta Ativa
Tibério Alloggio

Coordenação de Organização Comunitária
João Carlos Dombroski

Coordenação de Economia da Floresta
Davide Pompermaier

Coordenação Administrativa
Adriana Pontes

Coordenador Pedagógico
Paulo Roberto Magnólio de Oliveira

Coordenação de Educação e Comunicação
Fábio Anderson Rodrigues Pena

Coordenação de Inclusão Digital e Empreendedorismo Juvenil
Paulo Henrique Lima

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Gestor da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
Maurício Santamaria

Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns - TAPAJOARA

Presidente
Leônidas Bentes

Vice-presidente
Dinael Cardoso dos Anjos

1a Secretaria: Valdineia Pereira Correa; **2º secretário:** Alexandre Goudinho Imbiriba; **1a tesoureira:** Maria Margareth Seade dos Santos; **2a tesoureira:** Maria de Nazaré Alves Assunção; **Conselho Fiscal:** Otavia Miranda de Melo, Paulo Roberto Correa, Jorge Luiz da Conceição; **Diretores de Bacias:** Margareth Pedroso; Janison dos Santos Amaral, Miracildo Paranatinga da Silva, Maria do Rosário Sousa, Lenilda Farias Almeida, Jardson Pedro Munhoz, Lucicleide Lopes Ferreira, Joaquim Floriano Alves, Inacio Ferreira Soares, Eraldo Sousa dos Santos.

ALMANAQUE DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS - ARAPIUNS

Equipe CEAPS/ Projeto Saúde e Alegria
Magnolio de Oliveira, Lilian Campelo, Jucelino Filho, André Barbosa, Francisco Sales Miranda Ferreira Junior, Jair Dourado Lopes, Jenilson Lopes, Moacir Imbiriba Rodrigues, Natanael Alves de Sousa, Nevaldo Barroso da Costa, Silvaneí Rodrigues Correa, Valdemar Guimaraes Paz, Adson Marinho Ferreira, Alexandre Goudinho Imbiriba, Andrea Colares, Elis Lucien Rodrigues Barbosa, Gabriel Alexandre de Sousa Abreu, Livaldo Sarmento da Silva, Maria do Socorro Souza da Mota, Paulo Silvano de Sousa Martins, Raimundo Henrique Cursino Martins, Adriane Panduro Gama, Alailson Sousa Rego, Edna Reis Costa Araujo, João Carlos dos Santos Vieira, Mara Gisele Correa de Siqueira, Moises de Santana Quaresma, Adriana Rodrigues Pontes, Everton Martins de Lima, Givanildo Sampaio da Silva, João Francisco Miranda de Sousa, José Wivies Santos de Sousa, Levinaldo Nascimento da Costa, Manoel Altamir de Sá Neves, Maria do Carmo de Jesus, Paula Cristina Golvin Matos, Rosivaldo Lopes Santos, Sebastião Alves dos Santos, Wander Luis Soares da Silva

Equipe editorial
Fábio Pena (organizador)
Giuliana Henriques (consultora)

Entrevistas
Lilian Campelo

Projeto Gráfico e Design
Fernanda Sarmento

Designer assistente
Beatrice Basaglia

Colaboradores
Cleiton Signor (analista ambiental ICMBio)
Patricia Cornils
Patricia Kalil
Pedro Jorge Alcântara

Revisão ortográfica
Priscila Castro

Impressão
Gráfica Global

FOTO: PALESTINA ISRAEL



Almanaque da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer/ Fábio Pena (organização); Giuliana Henriques.-Santarém: CEAPS- Projeto Saúde e Alegria, 2015.

ISBN: 978-85-68946-01-5 [CEAPS - Projeto Saúde e Alegria]

1. Reserva Extrativista; 2. Unidade de Conservação; 3. Meio Ambiente; 4. Amazônia e populações tradicionais

Publicação com distribuição gratuita.

CEAPS - Projeto Saúde e Alegria
Av. Mendonça Furtado, 3979
Santarém - PA CEP.: 68040-050
Tel (+55) 93 3067 8000 30678005
e-mail: psa@saudeealegria.org.br
site: www.saudeealegria.org.br

